

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

ITALO BARRETO POTY

UMA ANÁLISE HISTÓRICA E GEOPOLÍTICA DA UCRÂNIA NO PÓS-GUERRA FRIA
SOB O PRISMA DA LONGA DURAÇÃO

Rio de Janeiro

2018

ITALO BARRETO POTY

UMA ANÁLISE HISTÓRICA E GEOPOLÍTICA DA UCRÂNIA NO PÓS-GUERRA FRIA
SOB O PRISMA DA LONGA DURAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional, sob a orientação do Prof. Dr. Mauricio Medici Metri.

Rio de Janeiro

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

P859 Poty, Italo Barreto.
Uma análise histórica e geopolítica da Ucrânia no pós-Guerra Fria sob o prisma da longa duração / Italo Barreto Poty. – 2018.
105 p. ; 31 cm.

Orientador: Maurício Médici Metri.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2018.
Bibliografia: f. 102-105.

1. Geopolítica. 2. Ucrânia – Pós-guerra fria. 3. Rússia. I. Metri, Maurício Médici, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 320.12

ITALO BARRETO POTY

UMA ANÁLISE HISTÓRICA E GEOPOLÍTICA DA UCRÂNIA NO PÓS-GUERRA
FRIA SOB O PRISMA DA LONGA DURAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional, sob a orientação do Prof. Dr. Mauricio Medici Metri.

Aprovação em: 27/03/2018

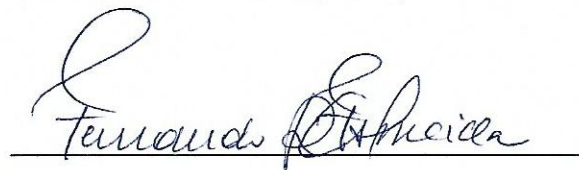
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Maurício Mé dici Metri (UFRJ)



Prof. Dr. Numa Mazat (UFRJ)



Prof. Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida (UFF)

Para Thuany

Agradecimentos

A realização deste trabalho não seria possível sem o apoio de diversas pessoas que, de uma maneira ou de outra, estiveram ao meu lado durante esta jornada. Primeiramente agradeço à minha família: meus pais, Italo e Ilma, e meus irmãos, Izabela, Daniela, Renato e Alexandra, pelo total apoio e incentivo à minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao professor Maurício Metri por ter me orientado nesta pesquisa, fazendo as críticas necessárias ao mesmo tempo em que me dava liberdade para seguir o caminho que eu pretendia. Sua contribuição foi inestimável para a realização da pesquisa, para a escrita deste texto e principalmente para minha formação acadêmica.

Aos professores do PEPI, que contribuíram para o aprimoramento da minha formação intelectual e para esta pesquisa: Eduardo Crespo, Numa Mazat, Pedro Campos, Isabela Nogueira, Eduardo Costa Pinto, Ingrid Sarti, Raphael Padula, Carlos Medeiros e Carlos Pinkusfeld. Ao professor Fernando Almeida, do INEST/UFF, pelas sugestões e comentários extremamente valiosos. Em especial ao professor José Luis Fiori, cuja contribuição intelectual no campo da Economia Política Internacional foi grande influência para a elaboração desta pesquisa e pelo privilégio de ter frequentado suas aulas e seminários.

Finalmente, agradeço a CAPES pelo apoio financeiro que tornou esta pesquisa possível.

“Visto de perto, o privilégio de auto-inteligibilidade assim atribuído ao presente assenta numa sucessão de estranhos postulados. Supõe, antes do mais, que as condições humanas sofreram, no intervalo de uma ou duas gerações, uma mudança não só muito rápida, como também total: de sorte que nenhuma instituição um pouco antiga, nenhuma conduta tradicional, teriam escapado às revoluções do laboratório e da fábrica. É esquecermo-nos da força da inércia de tantas criações sociais.”

(Marc Bloch)

POTY, I.B. Uma análise histórica e geopolítica da Ucrânia no pós-Guerra Fria sob o prisma da longa duração. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivos contribuir para a análise da inserção da Ucrânia no sistema internacional pós-Guerra Fria, desde a independência com o fim da União Soviética em 1991 até a crise de 2014, bem como para a compreensão do retorno da tensão entre a Rússia e os Estados Unidos, partindo deste recorte específico da Ucrânia. Neste sentido, será feita uma análise geopolítica que dê conta da dinâmica competitiva dos Estados no sistema internacional e suas transformações com o fim da Guerra Fria e uma análise histórica que busque tendências de caráter estrutural na história da Ucrânia sob o prisma do poder, destacando sua geografia e formação territorial, que são aspectos que se circunscrevem na temporalidade de longa duração, de acordo com o historiador Fernand Braudel.

A nossa hipótese é que a disputa por influência na Ucrânia independente, do ponto de vista do sistema internacional, é resultado de um movimento duplo que vem ocorrendo desde o fim da Guerra Fria: a expansão da influência dos Estados Unidos através da OTAN e da União Europeia para os espaços pós-soviéticos desde o fim da URSS; e o ressurgimento da Rússia como potência regional a partir do início do século XXI, após passar por grave crise econômica nos anos 1990, voltando a projetar poder no seu entorno, como no caso da Ucrânia. Tal antagonismo que se manifesta na Ucrânia, entre Rússia e Estados Unidos, tem um caráter estrutural, relacionado à condição geográfica fundamental da Rússia, definida como área pivot do mundo por Halford Mackinder.

Palavras-chave: Ucrânia, Geopolítica, História, Estados Unidos, Rússia.

POTY, I.B. Uma análise histórica e geopolítica da Ucrânia no pós-Guerra Fria sob o prisma da longa duração. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ABSTRACT

This work aims to contribute for the analysis of Ukraine's insertion in the international system after the end of the Cold War, since the independence from the Soviet Union in 1991 to the 2014 crisis, as well as the comprehension of the return of the tension between Russia and the United States, under Ukraine's specific scope. In this respect, there will be made a geopolitical analysis which approaches the competitive dynamic of States in the international system and its transformations after the end of the Cold War and a historical analysis which searches for structural trends in Ukraine's history through the lens of power, focusing on its geography and territorial formation, which are aspects related to the long term temporality, according to the historian Fernand Braudel.

Our hypothesis is that the quarrel over influence in the independent Ukraine, from the international system perspective, is a product of a dual trend that is occurring since the end of the Cold War: the United States' influence expansion over the post-Soviet spaces after the USSR collapse through NATO and European Union; and the resurgence of Russia as a regional power since the beginning of the XXI century, after dealing with a major economic crisis in the 90's, returning to project power on their surroundings, as in the case of Ukraine. This opposition which takes place in Ukraine, between Russia and the US, has a structural character, related to the essential Russian geographical condition, defined by Halford Mackinder as the world's pivotal area.

Key words: Ukraine, Geopolitics, History, United States, Russia

Lista de Siglas

CIA – Central Intelligence Agency

EUA – Estados Unidos da América

IDE – Iniciativa de Defesa Estratégica

IRI – International Republican Institute

NED – National Endowment for Democracy

NMS – National Military Strategy

NSS – National Security Strategy

NSSEE – National Security Strategy of Engagement and Enlargement

NSSNC – National Security Strategy for a New Century

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

Otan – Organização do Tratado do Atlântico Norte

START – Strategic Arms Reduction Treaty

Tiar – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TNP – Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares

UE – União Europeia

USAID – United States Agency for International Development

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de Mapas

Mapa 1 – Geografia da Ucrânia.....	22
Mapa 2 – Incursoes russas e mongóis no séc. XIII na Europa.....	23
Mapa 3 – Território da Rus Kievana no século IX.....	26
Mapa 4 – Expansão territorial russa até 1505.....	29
Mapa 5 – Território ocupado pelos cossacos no séc. XVII.....	31
Mapa 6 – A área pivô do mundo segundo Mackinder.....	47
Mapa 7 – Expansão da Otan.....	58
Mapa 8 – Principais Gasodutos na Ucrânia.....	64
Mapa 9 – Eleição de 2010 na Ucrânia.....	67
Mapa 10 – A Região de Donbass (Donetsk e Lugansk)	81

Sumário

Introdução	13
1 A História da Ucrânia a partir de um recorte geo-histórico	21
1.1 A Rus Kievana.....	25
1.2 O início da expansão territorial russa.....	27
1.3 Os cossacos das estepes ucranianas.....	30
1.4 A dinastia Romanov: a conquista da Ucrânia e da Crimeia.....	32
1.5 A Ucrânia durante a Revolução Russa.....	37
1.6 A Alemanha nazista na Ucrânia.....	41
1.7 A cessão da Crimeia à Ucrânia por Kruschev.....	43
2 O fim da URSS e a Ucrânia independente no pós-Guerra Fria	46
2.1 A geopolítica norte-americana: a Eurásia e o seu entorno.....	46
2.2 O fim da URSS e a independência da Ucrânia.....	51
2.3 A conjuntura pós-Guerra Fria e a Ucrânia independente.....	54
2.4 Anos 2000: a expansão da Otan e a Revolução Laranja.....	57
2.5 A Guerra Russo-Georgiana de 2008.....	61
2.6 A questão do gás natural entre Rússia, Ucrânia, Europa e Estados Unidos.....	62
2.7 A derrota da Revolução Laranja e a eleição de Viktor Yanukovitch em 2010.....	65
3 A Crise da Ucrânia de 2014 e o acirramento da tensão entre a Rússia e os Estados Unidos	69

3.1 O Euromaidan e a queda de Yanukovitch.....	70
3.2 A violência durante os protestos e a atuação da extrema-direita.....	73
3.3 A questão da Crimeia: a reação da Rússia.....	75
3.4 O conflito em Donbass: guerra por procuração entre EUA e Rússia.....	78
3.5 A Rússia como ameaça externa aos Estados Unidos.....	82
3.6 Antagonismo Geoestratégico.....	88
Considerações Finais.....	93
Referências.....	102

Introdução

Em 2014, a Ucrânia passou por uma crise de dimensão internacional, que envolveu a Rússia, os Estados Unidos e a Europa. Em novembro de 2013, o presidente ucraniano Viktor Yanukovitch recusou a proposta de adesão à União Europeia, conforme já vinha sendo negociada, ao mesmo tempo em que aceitou a proposta de ajuda econômica da Rússia, que incluía um empréstimo de 15 bilhões de dólares e descontos no preço do gás natural. Tal decisão teve como consequência protestos expressivos de parte da população em Kiev, que levaram à queda do governo. Ficou conhecido como *Euromaidan* o movimento ocorrido na Praça da Independência, em defesa da entrada do país na União Europeia, que culminou na deposição de Yanukovitch. Em 2014, o novo governo instaurado, sendo reconhecido como legítimo pelos Estados Unidos e Europa, retomou rapidamente as negociações para adesão à União Europeia. Em seguida, a Crimeia organizou um referendo popular para decidir sobre a reintegração à Rússia, no qual a votação foi majoritariamente favorável. A Rússia voltou a ter oficialmente como parte do seu território a península da Crimeia, que havia sido cedida por Krushev à Ucrânia, na década de 1950.

Os países europeus em geral e a potência hegemônica, os Estados Unidos, repudiaram veementemente tal ato, classificando-o como anexação e impondo sanções econômicas à Rússia. O governo russo, por sua vez, defendeu que o referendo da Crimeia convergia com o princípio de autodeterminação dos povos, além de citar o precedente de Kosovo, onde sequer houve referendo popular e mesmo assim se tornou uma região independente da Sérvia. Posteriormente, as províncias de Donetsk e Lugansk tentaram seguir o caminho da Crimeia, declarando independência da Ucrânia, o que desencadeou uma guerra civil com as forças de Kiev. Seguiram-se sanções econômicas do Ocidente – países da União Europeia e Estados

Unidos – em relação à Rússia e vice-versa, com a acusação recíproca de ingerência externa na situação política da Ucrânia.

A crise ucraniana foi objeto de análise de diversos autores no momento em que ocorreram seus principais episódios. Henry Kissinger escreveu sobre o tema em 2014, após a deposição de Yanukovitch e durante a crise da Crimeia, analisando a disputa entre a Rússia e a União Europeia para ter uma maior influência no país, em função da divisão interna entre o Oeste de maioria católica e língua ucraniana e o Leste de maioria ortodoxa e língua russa. Para Kissinger, foi um erro tanto da Rússia quanto da União Europeia disputarem a influência na Ucrânia, pois tratá-la em termos de confronto entre o Ocidente e a Rússia significaria um entrave para a participação da Rússia dentro do sistema internacional de modo cooperativo. John Mearsheimer, por sua vez, analisou o papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e dos Estados Unidos na crise, destacando a sua estratégia de expansão no Leste europeu desde o período de Bill Clinton na presidência americana, tentando alcançar a Ucrânia nos anos 2000, com o objetivo de retirá-la da órbita russa ao integrá-la à União Europeia. Desta forma, o autor coloca a responsabilidade pela crise majoritariamente no Ocidente e considera as ações da Rússia como a anexação da Crimeia como uma reação à expansão ocidental.

Em seu livro sobre o tema publicado em 2014, Richard Sawka levantou a questão de como as tensões internas da Ucrânia se tornaram uma crise internacional, destacando também o papel geopolítico da expansão da Otan e da União Europeia após o fim da Guerra Fria neste cenário. Sawka destaca como a continuação da expansão da Otan mesmo com fim da União Soviética e do Pacto de Varsóvia tornou o sistema internacional pós-guerra fria assimétrico, o que estimulou novos ressentimentos e o potencial para novos conflitos. Com ênfase na esfera econômica, Dmitri Trenin escreveu que a crise ucraniana foi precedida pela disputa entre Rússia e a União Europeia pela futura orientação geoeconômica da Ucrânia e que, para o Ocidente, mais do que avançar na adesão da Ucrânia a União Europeia, era importante ter uma “zona de

conforto” no Leste de sua fronteira e estimular a orientação pró-ocidental do país. Do lado da Rússia, o objetivo era atrair a Ucrânia para um acordo econômico que vinha sendo negociado, desde 2009, com várias das ex-repúblicas soviéticas e que foi estabelecido em 2014, a União Econômica Eurasiana. Além dos benefícios econômicos, a Rússia visava a obter melhores posições de barganha com a União Europeia e com a China.

Ao ler estas análises sobre a crise da Ucrânia, pode-se notar claramente como os autores dão ênfase à sua dimensão internacional a partir da perspectiva do poder, não obstante cada autor siga numa direção própria. Um dos principais pontos destacados é o antagonismo entre a expansão da Otan, sob a hegemonia dos EUA, e a tentativa russa de retomar a hegemonia regional na Eurásia, ou seja, um antagonismo entre a Rússia e os Estados Unidos. A crise ucraniana pode ser observada a partir de uma dinâmica de competição pela expansão de poder e influência em outras regiões típicas da trajetória histórica do sistema internacional capitalista, caracterizada pelas rivalidades interestatais e tendência à expansão da potência hegemônica (FIORI, 2007).

Os objetivos deste trabalho são contribuir para a análise da inserção da Ucrânia no sistema internacional pós-Guerra Fria, desde a independência com o fim da União Soviética em 1991 até a crise de 2014, bem como para a compreensão do retorno da tensão entre a Rússia e os Estados Unidos, partindo deste recorte específico da Ucrânia. Neste sentido, será feita uma análise geopolítica que dê conta da dinâmica competitiva dos Estados no sistema internacional e suas transformações com o fim da Guerra Fria e uma análise histórica que busque tendências de caráter estrutural na história da Ucrânia sob o prisma do poder, destacando sua geografia e formação territorial, que são aspectos que se circunscrevem na temporalidade de longa duração, de acordo com o historiador Fernand Braudel.

A nossa hipótese é que a disputa por influência na Ucrânia independente, do ponto de vista do sistema internacional, é resultado de um movimento duplo que vem ocorrendo desde o

fim da Guerra Fria: a expansão do poder dos Estados Unidos através da Otan e da União Europeia para os espaços pós-soviéticos desde o fim da URSS; e a ressurgimento da Rússia como potência regional a partir do início do século XXI, após passar por grave crise econômica nos anos 1990, voltando a projetar poder no seu entorno, como no caso da Ucrânia. Tal antagonismo que se manifesta na Ucrânia, entre Rússia e Estados Unidos, tem um caráter estrutural, relacionado à condição geográfica fundamental da Rússia, definida como área pivot do mundo por Halford Mackinder.

Para entender a dinâmica das potências externas em relação a sua atuação da Ucrânia, é fundamental compreender a lógica de funcionamento do sistema internacional, cuja origem está na formação dos Estados nacionais europeus e a forma como se relacionaram e desenvolveram no tempo e no espaço. De acordo com José Luís Fiori,

no universo dos poderes soberanos que se formaram na Europa, a acumulação do poder foi sempre uma necessidade inevitável, permanente e absoluta. Por isso, ao estudar as guerras europeias do século XIII, Norbert Elias concluiu que, naquele mundo, “quem não sobe, cai” e, portanto, a expansão do poder era uma condição necessária e indispensável da sua própria manutenção, por meio do “domínio sobre os mais próximos e sua redução ao estado de dependência”. Nesse tipo de sistema, portanto, todos os poderes soberanos são e serão sempre expansivos, propondo-se em última instância a conquista de um poder cada vez mais global, até onde alcancem os seus recursos e suas possibilidades e, independente de quem os controle, em distintos momentos de sua própria expansão (FIORI, 2007, p. 18).

Ao se pensar o sistema internacional sob a perspectiva do poder, é fundamental analisar os fatores territoriais e as condições geográficas que se impõem às potências em competição dentro do sistema. Em relação à Ucrânia, sua posição geográfica representou na maior parte da sua história um ponto de interesse estratégico para a Rússia e seus adversários, devido à vulnerabilidade proporcionada pelas estepes e ao acesso ao Mar Negro através da península da Crimeia. Zbigniew Brzezinski, em 1997, afirmou que a Ucrânia seria um dos pivôs geopolíticos do “tabuleiro de xadrez” da Eurásia, pois considerava que a Rússia, sem o apoio da Ucrânia, teria sua influência reduzida somente ao continente asiático. Caso contrário, se Moscou

retomasse a influência sobre a Ucrânia, com sua população de 52 milhões de habitantes, rica em recursos naturais e sua posição estratégica no Mar Negro, a Rússia teria condições de projetar o seu poder não só na Ásia, mas também na Europa.

Robert Kaplan (2012) afirma que a sensibilidade em relação ao espaço e tempo vem sendo perdida na era da informação e dos jatos, que permitem que as pessoas cruzem oceanos e continentes em horas, o que levou muitos intelectuais a defenderem a ideia de que a “geografia não mais importa” (KAPLAN, 2012, p. 11). Outro aspecto que contribuiu para isto foi a ideia de determinismo associada a ela. Entretanto, Kaplan afirma que a utilização dos instrumentos propiciados pela análise geográfica, como mapas e estudos demográficos, deve ser considerada como mais uma camada de complexidade para a análise convencional das relações internacionais, buscando um modo mais aprofundado de se enxergar o mundo. A geografia é um dos temas fundamentais dentro da perspectiva realista das relações internacionais. Kaplan afirma que o mapa, que é a representação gráfica das divisões da humanidade no mundo, é o tema que vem em primeiro lugar nos textos realistas. Além disso, ele também pode representar um discurso de poder, como na famosa projeção de Mercator, que mostra a Europa num tamanho maior do que é na realidade em relação aos demais continentes. Apesar das distorções dos mapas, estes podem ser reveladores sobre os interesses de longo prazo de um determinado governo. De acordo com Kaplan, a posição de um Estado no mapa é o primeiro aspecto que o define, inclusive mais do que a própria filosofia de governo adotada. Enquanto um governo pode mudar ou ser substituído por outro muito diferente no curto prazo, a posição geográfica tem um caráter muito mais perene.

A geografia é um saber fundamental na condução de diversos assuntos estatais, como a guerra, o comércio e os negócios, ou toda atividade que se projeta para além do espaço que já é conhecido ou familiar. Yves Lacoste (1976) chama esta geografia, desde este ponto de vista prático, de *geografia fundamental*, que é “discreta, às vezes secreta, e destinada, como o é, aos

estados-maiores militares ou financeiros, ela permanece ignorada do grande público, como acontece também com os professores de geografia” (LACOSTE, 1976, p. 251).

De acordo com Fernand Braudel (1987), a geografia é um dos aspectos em que se circunscrevem os problemas de longa duração, temporalidade também definida pelo historiador francês como “estrutura”, entendida como “uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais” (BRAUDEL, 1987, p. 268). Algumas destas relações, por durarem muito tempo, tornam-se estáveis e permanentes, condicionando o fluxo da história. A respeito desta ideia, Braudel afirma que

O exemplo mais acessível parece ainda o da sujeição geográfica. O homem é prisioneiro, há séculos, de climas, vegetações, populações animais, culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode se afastar sem correr o risco de tudo reformular. Veja-se o papel da transumância na vida montanhosa, a permanência de certos setores de vida marítima, enraizados em certos pontos privilegiados das articulações litorâneas, a durável implantação das cidades, a persistência das rotas e tráficos, a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações (BRAUDEL, 1987, p. 268-269).

Neste sentido, este trabalho contará com uma análise de longa duração da história da Ucrânia, sob o recorte da sua formação territorial e nacional e das disputas de poder entre as potências do seu entorno, com destaque para a Rússia, que tem uma relação cultural e geográfica com a Ucrânia que aproximou bastante suas trajetórias históricas. Será dada ênfase nos aspectos geográficos na história mais distante no tempo, que condicionaram a formação da Ucrânia e sua posição dentro do sistema internacional. Além dos conflitos entre outras potências que constrangeram o território ucraniano, serão analisados os elementos políticos internos, visando a compreender como estes se articulam com as pressões externas. Alguns estudos recentes mais aprofundados sobre a Ucrânia também adotaram a perspectiva de longa duração, como o do historiador ucraniano Serhii Plokyh (2015) e do historiador e cientista político brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira (2016), com os quais o presente trabalho dialoga frequentemente. Em ambos se observa uma análise histórica que vai desde a formação da

Ucrânia até a crise recente, embora cada um tenha sua própria perspectiva analítica. No presente texto, a análise de longa duração será objeto do primeiro capítulo, compreendendo desde a origem da Ucrânia, na *Rus Kievana* (séc. IX-XII), até o pós-Segunda Guerra Mundial, quando a Ucrânia alcançou o território que tinha quando se tornou independente em 1991, contando com a Crimeia, cedida para a Ucrânia durante o período de Krushev. Este longo período será tratado com um recorte específico, que é o da formação territorial da Ucrânia e das disputas de potências externas a ela relacionadas.

No segundo capítulo serão trabalhados inicialmente conceitos de geopolítica desenvolvidos por Halford Mackinder e Nicholas Spykman, que servirão de base teórica para compreendermos os aspectos geopolíticos do fim da URSS, da independência da Ucrânia e do período que se sucedeu ao fim da Guerra Fria, no qual se observou uma assimetria de poder abissal entre os Estados Unidos e os demais Estados dentro do sistema internacional. Os conceitos de *heartland* e *rimland* serão essenciais para analisarmos a projeção de poder dos Estados Unidos em relação à União Soviética e posteriormente à Rússia e o papel da Ucrânia no cenário de mudança que se passou no sistema internacional, onde a Rússia viveu uma severa crise decorrente da transição para economia de mercado após o fim da URSS. Neste momento, os Estados Unidos aproveitaram para expandir sua influência para o entorno da Rússia, principalmente através da expansão da Otan para os países do antigo bloco socialista.

No terceiro capítulo, o objeto será a crise da Ucrânia recente, cujos principais episódios ocorreram no fim de 2013 e durante 2014, como a decisão do presidente Yanukovitch de não assinar o acordo que vinha sendo negociado com a União Europeia, o movimento que o derrubou apoiado e financiado por ONGs norte-americanas e a reação da Rússia com a reintegração da Crimeia e apoio aos insurgentes de Donbass, que se opuseram à mudança de governo, considerada pelos mesmos como um golpe patrocinado pelos EUA. Neste capítulo, tanto o ponto de vista estratégico norte-americano quanto russo serão analisados também a

partir de fontes primárias: em relação aos EUA foram consultados documentos oficiais de estratégia publicados pelo governo, tais como *National Security Strategy* e *National Military Strategy*; quanto à Rússia, foi consultado o documentário produzido e dirigido por Oliver Stone, *The Putin Interviews*, lançado em 2017, que consiste em um conjunto de entrevistas com o presidente russo Vladimir Putin entre 2015 e 2017.

Nas considerações finais será feita uma análise articulando as diferentes temporalidades tratadas nos capítulos anteriores em relação aos elementos de longa duração observados na história da Ucrânia. Neste sentido, o objetivo será identificar tendências de longa duração que condicionam a posição da Ucrânia independente no pós-Guerra Fria e na crise recente.

Este trabalho visa a contribuir para o entendimento da Ucrânia contemporânea e do seu passado, a partir do recorte temporal e dos fundamentos teóricos selecionados. De modo algum se pretende dar conta da totalidade dos problemas e/ou dos objetos analisados, sendo o objetivo principal acrescentar ao debate acadêmico atual sobre a Ucrânia.

1 A História da Ucrânia a partir de um recorte geo-histórico

A história da Ucrânia é marcada pela heterogeneidade. Desde a sua origem, na época medieval, foi território de diversas culturas e etnias. Suas fronteiras mudaram diversas vezes, em razão das várias guerras em que participou ao longo de sua história. A cidade de Kiev foi berço de três povos que vieram a se constituir como culturas singulares, porém muito próximas em vários aspectos pela trajetória histórica e pela geografia: os ucranianos, os bielorrussos e os russos. Todos os três são originários da *Rus Kievana*, uma confederação de tribos eslavas orientais e vikings que existiu entre os séculos IX e XIII (MONIZ BANDEIRA, 2016).

A desintegração da *Rus Kievana* se deu após ter sido subjugada pelos mongóis nas estepes: as Hordas Douradas invadiram e se instalaram nas proximidades de Moscou e as Hordas Azuis o fizeram na Ásia Central. Instituíram um domínio permanente em grande parte do território russo, incluindo parte da Ucrânia, por quase três séculos, que ficou conhecido como “jugo tártaro” (KAPLAN, 2012, p. 161). No século XV, encurralada pelos mongóis, Moscou pôs em marcha um processo de expansão territorial que a tornou uma grande potência territorial e militar, projetando seu poder para as regiões de fronteira, como a Ucrânia, em competição com potências vizinhas, como a Polônia e a Lituânia, que também controlavam parte do território ucraniano. A esta altura havia também a presença significativa dos cossacos¹ de diversas origens étnicas nas estepes ucranianas. Este processo de expansão russa, que se iniciou com as conquistas de Ivan III, no século XV, foi reforçado pela expansão territorial ainda maior alcançada pela dinastia Romanov, entre os séculos XVII e XIX, que incluiu a conquista da Ucrânia e também da Criméia no século XVIII, quando estava sob domínio do Império Otomano, e culminou no século XX com o período da União Soviética.

¹ Os cossacos eram nômades que viviam nas estepes, cujas principais atividades eram o saque, comércio e a guerra, onde atuavam geralmente como mercenários.

As planícies das estepes da Eurásia se estendem dos Cárpatos ao Oceano Pacífico, passando pela maior parte do território ucraniano. A estepe é caracterizada pelo clima seco, grande variação de temperatura e é formada por longas planícies contendo poucas árvores. Em relação à sua hidrografia, relativamente poucos rios eram navegáveis (KAPLAN, 2012). Tais condições definiram aspectos comuns entre as sociedades das estepes de diferentes épocas, como a tendência ao nomadismo e o uso de cavalos para locomoção. Podem ser citados como exemplos tanto os Citas, conforme relatado por Heródoto no século V a.C., quanto os cossacos tártaros do século XV, que eram ambas sociedades equestres e nômades (GORDON, 1983, p.11).

Mapa 1 – Geografia da Ucrânia



Fonte: PLOKHY, 2016.

Do ponto de vista da segurança militar, como se pode observar no mapa acima, as longas planícies das estepes sempre representaram uma vulnerabilidade estratégica. Além disso, a Ucrânia está situada geograficamente no meio do caminho que liga o Sul da Ásia à Europa por

terra, sendo uma espécie de fronteira entre as civilizações orientais e ocidentais. Desde sua história mais remota o território ucraniano serviu de passagem para migrações e invasões de diversos povos, como os sármatas, alanis, godos, hunos, búlgaros, ávaros, escandinavos e mongóis. Na história moderna, o mesmo ocorreu com tártaros, turcos, poloneses, lituanos, austríacos, russos, franceses e alemães, que tinham interesse nos recursos naturais e na produtividade da agricultura ucraniana, além da posição geográfica estratégica em relação à Rússia (GORDON, 1983, pp. 11-12).

Mapa 2 – Incursoes russas e mongóis no séc. XIII na Europa



Fonte: FERNÁNDEZ-ARRESTO, 1995.

No mapa 2 se pode observar o relevo na Europa, que ilustra a condição geográfica vulnerável descrita acima. Além disso, este mapa apresenta as incursões militares feitas por mongóis e russos no século XIII, nos anos de 1223 a 1241. Na área central do mapa, onde aparece o território ucraniano, abaixo de Kiev, estão setas azuis que representam os movimentos

das hordas mongóis de Dzhebe e Subedeya e as setas verdes que são as incursões russas. Em vermelho estão representados os movimentos das hordas de Batu Khan (referenciadas no mapa como *batya*²). Ao analisar o mapa, pode-se notar como que na faixa territorial que vai do Mar Báltico até o Mar Negro, o território ucraniano foi a principal área de movimentação de tropas russas e mongóis no período recortado.

As únicas barreiras naturais da Ucrânia são o Mar Negro ao Sul e os pântanos da Polésia³ ao Norte, de modo que não há obstáculos naturais para a viagem no sentido Oriente-Occidente e vice-versa. Este problema, combinado com o clima desfavorável dificultou por muito tempo o desenvolvimento da agricultura na região, o que ajuda a explicar o caráter nômade e equestre das sociedades antigas das estepes da Ucrânia e a manutenção desta tendência até a época moderna.

A Ucrânia somente se tornou um Estado independente com o fim da União Soviética, em 1991. Antes disso, durante a Revolução Russa, constituiu-se como República Nacional da Ucrânia, porém teve sua reivindicação de relativa autonomia negada pelo governo provisório de Petrogrado. Durante a existência da União Soviética, esteve subordinada à estrutura centralizada de poder do governo soviético, até o seu fim no início dos anos 1990. Durante a Segunda Guerra Mundial também foi declarada a independência por Stepan Bandera e sua organização de extrema-direita que apoiava a Alemanha nazista, que discordava desta ideia e impediu que se concretizasse, tornando Bandera prisioneiro na Alemanha, apesar do seu apoio.

Neste capítulo, pretende-se analisar a trajetória histórica da Ucrânia dentro do sistema internacional moderno, privilegiando aspectos políticos e sua formação territorial, considerando a lógica de competição que se desenvolveu entre os Estados por poder e riqueza desde o século XVI (FIORI, 2007). A Ucrânia, como não conseguiu se constituir como uma potência militar e

² Batya, ou “pai”, era outro nome pelo qual se chamava Batu Khan.

³ Os pântanos da Polésia ficam localizados na fronteira norte na Ucrânia com a Polônia e Lituânia.

econômica, ficou marcada pelo domínio sofrido por outras potências, como a Rússia, principalmente, não obstante se deva considerar também as disputas e domínios sofridos por outras potências em diversos momentos. A posição e as condições geográficas da Ucrânia favoreceram no longo prazo um panorama de pressão competitiva entre grandes potências em seu território, como veremos adiante.

Apesar de ter constituído uma cultura singular, tendo uma língua e história próprias, os ucranianos sofreram com ausência de soberania na maior parte de sua história, sendo o seu *território* objeto de disputas e conflitos entre grandes potências, como ocorreu de diversos modos ao longo de sua história – e continua ocorrendo –, como na crise de 2014-2015. De acordo com Andreas Kappeler⁴, não se pode escrever uma história da Ucrânia, ou sobre as instituições estatais ucranianas, seu comércio e centros urbanos abordando somente os ucranianos (PLOKHY, 2008). O território da Ucrânia sempre foi habitado por diversas etnias e grupos sociais em diversos momentos. A história ucraniana será analisada aqui se a partir da relação entre o espaço e a expansão do poder, as racionalizações e as decisões estratégicas dos países que exercem poder fora de suas fronteiras (FIORI, 2007).

1.1 A Rus Kievana

No período do século IX ao XII, a Rus Kievana foi uma confederação de tribos eslavas orientais e vikings que habitaram as adjacências dos rios Volga e Dnieper. Três países modernos tem sua origem neste Estado medieval: a Rússia, a Ucrânia e a Bielorrússia. A conquista de seu território se iniciou com o líder viking Rurik, que era um varegue originário da Suécia, entre os anos de 862 e 879 (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 203). No ano de 880, teve lugar a conquista de Kiev pelo seu sucessor, Oleg, estendendo seu domínio desde Novgorod, nas proximidades do rio Volga, até o rio Dnieper.

⁴ Historiador da Universidade de Viena, especialista em história russa e eslava.

A Rus Kievana (ver mapa 3) foi a primeira aspirante a império do Leste Europeu e mantinha relações regulares com o Império Bizantino ao Sul do Mar Negro, o que possibilitou a conversão dos rus-kievanos ao Cristianismo Ortodoxo (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 203). Do ponto de vista demográfico, a união de vikings escandinavos com eslavos orientais nativos se deu por duas razões: os vikings se valeram dos rios que descem do Norte em direção a Kiev; os eslavos orientais tinham a necessidade de expandir seu território devido aos solos pouco férteis da região, que ameaçavam o fornecimento de alimentos para a sua população.

Mapa 3 – Território da Rus Kievana no século IX



Fonte: ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2011.

No século IX, a Rus Kievana obteve relativo sucesso econômico, com a exportação de cera de abelha e peles e suas lideranças, especialmente Oleg e Sviatoslav, aspiravam construir

um poderoso Império que controlasse o comércio do Mar Báltico e do Mar Negro (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 203). Seus esforços de conquista lograram sucesso em sua fronteira Oeste, acelerando a queda do Caganato Cazar, com o qual havia disputas comerciais. Entretanto, ao leste não houve progresso em direção ao Império Bizantino e à Bulgária. Até então, a Rus Kievana buscava mais se consolidar internamente antes de poder esperar ser uma potência relevante na sua região (MAGOCSI, 2010, p. 64). Em 980, após uma divisão da dinastia Rurik, que teve como consequência a separação da Rus Kievana em dois principados, o príncipe de Novgorod, Vladimir I, reconquistou Kiev e consolidou seu domínio reunificando o seu território. Foi instituída uma estrutura legal e administrativa, além de o Cristianismo ter sido adotado como religião, tendo Vladimir I sido batizado como apóstolo da Igreja Ortodoxa. Todavia, o processo de conversão ao cristianismo da população da Rus-Kievana foi difícil e levou séculos para se concretizar (PLOKHY, 2016, p. 33).

O esforço de unificação perpetrado por Vladimir I não prosperou e já no século XI a Rus Kievana começou a se desintegrar em vários principados. Desde o início, foram travados em seu território conflitos constantes com os nômades das estepes. Em meados do século XIII, a Rus Kievana foi finalmente derrotada e conquistada pelos mongóis sob a liderança de Batu Khan, neto de Genghis Khan. A expansão dos mongóis em direção ao Ocidente se deu em busca de novos pastos para os seus cavalos, após o esgotamento destas áreas em seu território. A vitória dos mongóis empurrou os russos para o norte, para cidades como Smolensk, Novgorod, Vladimir e Moscou, sendo esta última a que ganhou maior importância devido à sua localização vantajosa para o comércio, pois lá nascem diversos rios, destacando-se o rio Volga.

1.2 A expansão territorial russa

A expansão territorial russa teve seu início com o czar Ivan III, ainda no século XV (ver mapa 4 na página 29). Ivan IV, o Terrível, no século XVI, deu continuidade a este processo.

No século XV, Moscou estava encurralada: no Leste, havia as estepes, a taiga e os mongóis; no Sul, os turcos e os mongóis impediam o acesso ao Mar Negro; no oeste e noroeste, os suecos, poloneses e lituanos impediam o acesso ao Mar Báltico. A única saída para o mar disponível, pouco utilizável, estava localizada no extremo norte: o Mar Branco, no Oceano Ártico. Cercado por todos os lados, Ivan III pôs em marcha um processo de expansão militar que aumentou significativamente o território russo, criando as bases para a Rússia se tornar o país com o maior território do mundo posteriormente.

Seu sucessor, Ivan IV, o terrível, era membro da dinastia Rurik, o viking fundador da Rus Kievana. Tornou-se príncipe da cidade de Moscou aos três anos de idade, sob a regência de sua mãe, Yelena Glinskaya. Foi coroado imperador da Rússia em 1547, com o título de czar, sendo reconhecido pela Igreja Ortodoxa Russa. A queda do Império Bizantino, em 1453, resultou numa migração de refugiados gregos para Moscou, que levaram consigo experiência política, administrativa, militar que foram importantes para a construção do Império russo (KAPLAN, 2012, p. 162).

A partir de 1552, Ivan fortaleceu o seu exército e iniciou a expansão do Império, conquistando neste mesmo ano duas regiões: o canato de Cazã, onde vivam os tártaros, o que possibilitou o acesso aos Montes Urais; e o canato de Astracã, próximo da embocadura do rio Volga no Mar Cáspio. Este último era território da Horda Nogai e possuía acesso às estradas que iam em direção ao Cáucaso, à Pérsia e à Ásia Central, o que facilitou a incursão nesta última área e na Sibéria (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 205-206). Os nogais constituíam uma ramificação muçulmana da Horda Dourada. Mesmo sendo nômades tradicionalmente inimigos de Moscou, eles faziam comércio com os russos e reconheciam a segurança mantida pelos soldados de Ivan nas estradas principais (KAPLAN, 2012, p. 162-164). Em menos de seis décadas desde então, percorrendo uma vasta extensão territorial, no início do século XVII, os russos alcançavam o Mar de Okhotsk, no litoral do Oceano Pacífico (KAPLAN, 2012, p. 165).

Mapa 4 – Expansão territorial russa até 1505



Fonte: FERNÁNDEZ-ARMESTO, 1995.

Ivan IV também tentou se expandir na direção do Ocidente, invadindo territórios no Báltico, onde ficam atualmente a Lituânia e a Estônia, com objetivo de garantir o acesso ao Mar

Báltico. Foi derrotado, porém, por forças da Liga Hanseática⁵ e da Livônia⁶, o que levou a Rússia a um distanciamento em relação ao Ocidente, ao mesmo tempo em que passava a ter mais contato com as culturas orientais pelos novos territórios conquistados na Ásia e no Oriente Médio. Entretanto, na virada do século XVI para o XVII, a Rússia viveu um período de turbulência e caos, causado por colheitas fracas disputas sucessórias, que ficou conhecido na história russa como “tempo de dificuldades”. Neste momento, suecos, poloneses, lituanos e cossacos aproveitaram para conquistar territórios que eram controlados pela Rússia (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 206).

1.3 – Os cossacos das estepes ucranianas

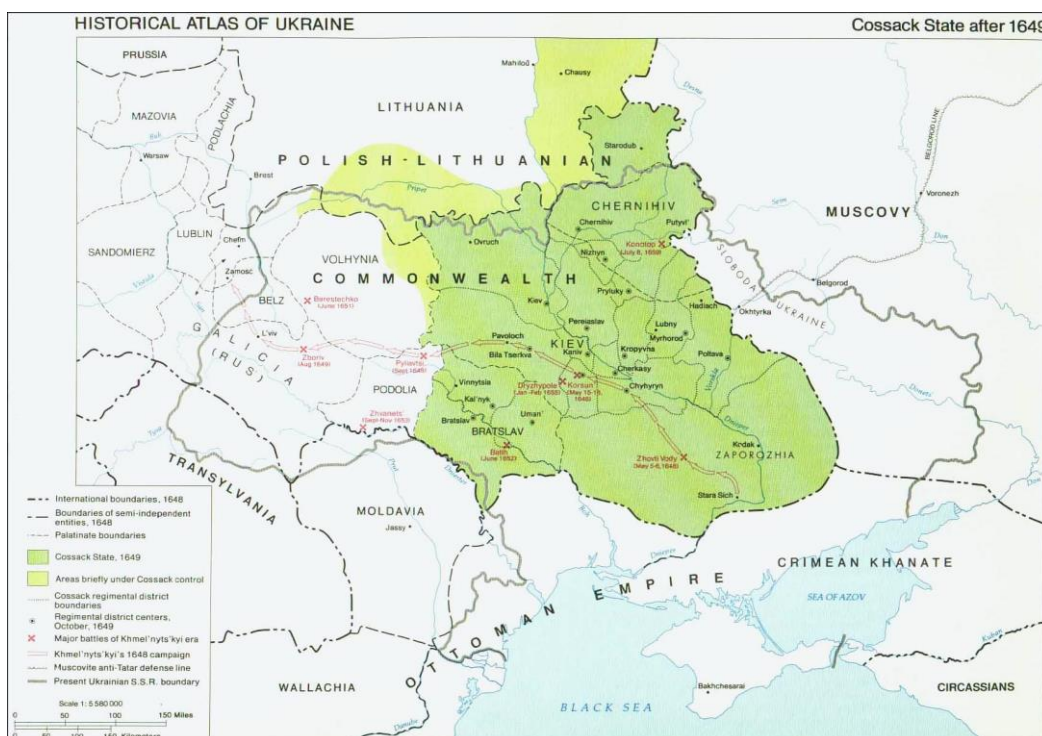
Este primeiro impulso de expansão territorial russo ficou marcado pelo emprego das forças militares dos cossacos das estepes ucranianas. A palavra “cossaco” deriva do turco *kazak*, que significa “guerreiro livre” ou “homem livre”. Originalmente se referia aos guerreiros tártaros que eram renegados do exército de Khan e foram contratados como mercenários pela Lituânia e por Moscou no século XV (GORDON, 1983, p. 61). Entretanto, os cossacos que se instalaram nas estepes ucranianas no século XVI, conforme se pode observar no mapa 5 (página 31), eram em geral originários da Polônia, Lituânia e de Moscou e geralmente estavam fugindo do regime de servidão imposto em seus locais de origem (KAPLAN, 2012, p. 164). A agricultura era uma atividade menos importante do que a caça, a pesca e o comércio, o que era facilitado pelos rios Dniester e Bug (GORDON, 1983, p. 18-19). Todavia, a principal atividade dos cossacos era militar, servindo como milícias para senhores de terra, como também serviram como unidades irregulares do exército de Ivan, o Terrível, em sua expansão territorial. Para este último, interessava a eficiência em combate e o preço barato cobrado pelos cossacos.

⁵ A Liga Hanseática foi uma aliança formada por cidades mercantis germânicas entre os séculos XII e XVII.

⁶ Situada no Báltico, corresponde aproximadamente aos territórios atuais de Letônia e Estônia.

A atividade militar dos cossacos ocorria simultaneamente ao banditismo e à criminalidade. Eram temidos pelas práticas de saque e roubos que realizavam, que era o que os proviam de mercadorias para o comércio, além dos produtos oriundos da caça e da pesca (GORDON, 1983, p. 67-68). Tais práticas de banditismo levaram os cossacos inicialmente a se estabelecerem em localidades escondidas, constituindo covis secretos. Posteriormente, em meados do século XVI, o aumento do comércio e da riqueza passou a atrair viajantes de diversas localidades aos assentamentos cossacos, como mercadores gregos, moscovitas, persas, armênios e judeus. Destacou-se a cidade fortificada de *Zaporizhian sich*, que também passou a ter um entreposto comercial permanente, desenvolvendo relações comerciais com várias cidades ucranianas. Porém, deve-se ressaltar que a guerra e o saque eram as atividades primordiais entre os zaporizhianos, sendo o comércio atividade secundária. Ademais, havia vários grupos cossacos se desenvolvendo espontaneamente em diferentes cidades fortificadas e quartéis.

Mapa 5 – Território ocupado pelos cossacos no séc. XVII



Fonte: MAGOCSI, 1985.

Os cossacos gozavam de certa imagem positiva entre diferentes classes na Ucrânia, como camponeses e senhores, devido ao fato de, no século XVI, terem lutado principalmente contra os turcos e os tártaros. Neste momento, a Ucrânia não possuía a estabilidade política necessária para o estabelecimento da exploração agrícola, colonização efetiva e crescimento de centros urbanos. Os senhores de terra precisavam de proteção para as terras e camponeses, de modo a garantir a produção. Desta forma, nobres, camponeses e cidadãos de diferentes maneiras apoiavam a atuação dos cossacos, permitindo que eles, num acordo implícito, saqueassem e afastassem os muçulmanos das fronteiras (GORDON, 1983).

Os zaporizhianos lideraram duas rebeliões dos cossacos no final do século XVI, em que foram derrotados contra a Comunidade Polaco-Lituana, que havia conquistado parte do território ucraniano e impunha a servidão aos camponeses – parte dos quais, para se livrar de tal exploração, refugiavam-se nas estepes, tornando-se cossacos. Entretanto, no século XVII, com a ascensão da dinastia Romanov, os poloneses foram derrotados e os cossacos incorporados ao Império Russo. A esta altura, os cossacos se organizavam sob a forma de atamanatos, dos quais Zaporizhian Sich era um, sendo o atamán o chefe militar cossaco. Durante a Grande Guerra do Norte da Rússia contra a Suécia, tiveram um papel importante no conflito, primeiro ao lado dos russos e, depois, aliados aos suecos, como veremos na próxima parte.

1.4 – A dinastia Romanov: a conquista da Ucrânia e da Crimeia

Em 1613, a dinastia Romanov chegou ao poder com Mikhail I, que se tornou czar da Rússia. Mas foi a partir do governo do seu terceiro neto, Pedro I, o Grande, que o Império Russo se transformou significativamente, expandindo ainda mais o seu território. Na virada do século XVII para o XVIII, derrotaram os turcos e conquistaram o Mar de Azov, ao Norte do Mar Negro e com acesso à península da Crimeia. Desde o ano 1654, o Império russo e a Comunidade

Polaco-Lituana estavam em guerra pelos territórios da Ucrânia e Bielorrússia (Guerra Russo-Polaca, 1654-1667). Em 1667, ocorreu a Trégua de Andrusovo, que dividiu a Ucrânia no meio, ficando as terras à margem esquerda do rio Dnieper com o Império Russo e as da margem direita com a Comunidade Polaco-Lituana. As condições estabelecidas na trégua definiram que Kiev, que fica na margem direita do Rio Dnieper, tornar-se-ia parte do território polonês após o período de dois anos. Entretanto, a perspectiva de se submeter novamente a um rei católico contrariou o clero de Kiev, que convenceu o czar a manter a cidade sob o controle de Moscou (PLOKHY, 2015, p. 121).

Durante a grande guerra do Norte contra a Suécia (1700-1721), Pedro I criou a frota imperial do Mar Báltico. Neste conflito, o atamán da margem esquerda do rio Dnieper, Ivan Mazzepe, inicialmente apoiou Pedro I, devido aos termos do tratado de Pereiaslav, assinado pelo czar Alexandre I em 1654, com base nos quais os cossacos acreditavam poder manter sua organização tradicional e coexistir com o Império Russo. Sendo assim, na primeira fase da guerra Mazzepe ofereceu todo o suporte e apoio com tropas, dinheiro e munição ao exército de Pedro I. Até 1708, não havia conseguido unificar as regiões da Ucrânia sob domínio polaco-lituano e os demais atamanatos semi-independentes do poder russo, dentre os quais se incluía Zaporizhian Sich. Neste ano, Pedro, o Grande, visando centralizar mais o poder, enviou oficiais russos e alemães para comandar os cossacos, encerrando a relativa autonomia que havia sido prometida no tratado de Pereiaslav (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 207).

Ivan Mazzepe então se rebelou, unindo-se às tropas de Carlos XII, da Suécia, na decisiva batalha de Poltava, em 1709. Ainda contaram com apoio de outro grupo de cossacos, liderado pelo atamán Ivan Skoropadsky. A Suécia apoiada pelos cossacos foi derrotada pelo exército de Pedro I, estimando-se a perda de 7 mil homens. Os outros 15 mil que estavam em combate fugiram através do rio Dnieper, com ajuda dos cossacos zaporizhianos e buscaram refúgio em território controlado pelos otomanos, nas regiões da Moldávia e da Transníttria. O Império

Russo, a partir de então, seguiu se expandindo em direção à costa do Mar Negro e ao ocidente do rio Dnieper, na área controlada pelo Império Otomano. De acordo com Plokhy,

Mazepa's revolt targeted Muscovy and the official founder of the Russian Empire, Tsar Peter I. It ended in defeat as the Russians overcame the Swedish army, which Charles XII led into Ukraine. The Battle of Poltava in 1709 profoundly changed the fate of the Cossack Hetmanate and Ukraine as a whole. The loss for Charles was a double loss for Mazepa and his vision of Ukraine as an entity separate from Russia (PLOKHY, 2015, p. 119).

Além da guerra contra a Suécia, a Rússia enfrentou, entre 1700 e 1721, a Comunidade Polaco-Lituana e o Império Otomano na costa do Mar de Azov, onde havia tártaros, turcos e nogais, que também habitavam a península da Crimeia. Estes foram, entre outros, os principais motivos para o fortalecimento do exército russo e da expansão territorial visando a se proteger de invasões. Tal perspectiva expansionista se manteve durante período da czarina Catarina II, a Grande, que avançou sobre territórios do Império Otomano e conquistou a península da Crimeia.

As vitórias conseguidas em 1770 e 1774 contra o Império Otomano levaram a Rússia a conquistar as regiões Leste e Sudeste da antiga Rus Kievana, obtendo acesso ao Mar Negro. Regiões como Donetsk, Lugansk, Zaporozhia, Nikolayev foram conquistadas neste momento, assim como Odessa, onde se construiu um porto e uma base naval. Em 1782, derrotaram os tártaros, nogais e khazares e anexaram a península da Crimeia após onze anos de combate. Tais etnias de origem turca viviam sob o regime do canato da Crimeia, que era subordinado ao Império Otomano. No ano seguinte, o último khan renunciou à soberania da Crimeia em favor de Catarina II, que passou também a ter o direito de suserania sobre os nogais. A partir de então começou a ser construída a base naval de Sebastopol e a frota do Mar Negro, que projetaria seu poder para o Mar Mediterrâneo através dos estreitos de Bósforo e Dardanelos (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 208-210).

Tal projeção de poder levou os russos à tentativa de conquistar Constantinopla e a região dos Bálcãs, travando guerra com o Império Otomano. Visando a impedir a expansão russa, Inglaterra e França se aliaram aos turcos, entrando em guerra na península da Crimeia, que foi bombardeada várias vezes entre os anos de 1853 e 1856. Os otomanos, contando com o apoio franco-inglês, derrotaram os russos, e ainda conquistaram cidades como Sebastopol e Balaklava. Um dos objetivos dos ingleses e franceses era impedir o acesso russo ao Mar Negro. Em 1856, foi assinado o Tratado de Paris, que deu fim à guerra da Crimeia, estabelecendo a neutralidade do Mar Negro e devolvendo o controle das cidades e portos conquistados ao Império Russo (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 210). Nesta ocasião, fica claro o antagonismo geoestratégico entre a Rússia e a Inglaterra, a então a potência hegemônica no sistema internacional, que tentou se valer de uma aliança com o Império Otomano para frear a expansão russa no território ucraniano. Tal antagonismo – entre russos e ingleses – também se manifestou durante a expansão russa para Ásia Central, quando os ingleses invadiram o Afeganistão em duas ocasiões durante o século XIX, com o objetivo de conter o avanço do Império Russo na região.

Após a derrota para a Grã-Bretanha e França na Crimeia, o czar Alexandre II abriu concessão para a exploração das jazidas de carvão e minério situadas nas estepes da região de Donbass⁷, em troca do fornecimento de plataformas de aço para o Forte Konstantin, localizado na ilha de Kotlin, no Mar Báltico, em acordo firmado com a empresa inglesa *Milwall Iron & Shipbuilding Company*. O diretor da empresa, John Hughes, comprou uma concessão com a finalidade de explorar as minas de carvão e ferro e implantar uma indústria metalúrgica em Donbass. Esta iniciativa foi bem-sucedida, dada a abundância de recursos minerais e carvão e de mão de obra barata, cuja exploração se deu de forma intensiva. A partir de então, a região de Donbass, antes escassamente povoada, passou a atrair camponeses e trabalhadores urbanos

⁷ Donbass é o acrônimo de *Donetskii Bassein*, que significa Bacia do rio Donets.

de diversas nacionalidades e refugiados de outros países. Além dos trabalhadores, o crescimento industrial da região atraiu investimento de capitais franceses, belgas e alemães. Donbass compreendia os *oblasts*⁸ de Lugansk, Dnipropetrovsk, Zaporizhia, Mykolaiv, Yekaterinoslav, Kherson, Odessa entre outros. Esta região foi chamada pelo Império Russo de *Novorossiia*, “Nova Rússia”, sendo a região que mais rapidamente se desenvolveu.

No período de quase três séculos de governo da dinastia Romanov, a Rússia colecionou diversas vitórias e alcançou uma expansão territorial notável: subjuguou a Comunidade Polaco-Lituana; derrotou a Suécia e a França napoleônica; conquistou a Ucrânia; avançou para a Crimeia e parte dos Balcãs; estendeu e consolidou sua posição no Cáucaso, na Ásia Central, na Sibéria e no Pacífico. Na segunda metade do século XIX, houve um processo de integração do território eurasiático por meio da construção de ferrovias conectando diversas regiões importantes dentro do Império Russo, bem como uma linha ligando Moscou à fronteira com a Prússia. No início do século XX, saindo de trem de São Petersburgo se tinha acesso a onze fusos horários diferentes (KAPLAN, 2012, p. 168).

Foi neste contexto, em 1904, que Halford Mackinder publicou o texto *The Geographical Pivot of History*, no qual formulou sua teoria do *heartland*, que influenciou significativamente o pensamento geopolítico e a política externa das grandes potências desde então. No próximo capítulo, esta teoria será abordada de modo mais aprofundado. Mackinder definiu o território russo como maior parte da área pivô do mundo – a que chamou de *heartland* – e afirmou que a expansão do Estado pivô – a Rússia – para as áreas marginais da Eurásia poderia torná-la um império mundial – *empire of the world*. Alertou ainda para o perigo que representaria para as potências ocidentais uma aliança entre a Alemanha e a Rússia, como veio a ocorrer temporariamente no início da Segunda Guerra Mundial. De acordo com José Luís Fiori, a visão

⁸ *Oblast* significa província nas línguas russa e ucraniana.

estratégica de Mackinder orientou a Inglaterra nas duas guerras mundiais e serviu de base para Winston Churchill propor a “cortina de ferro” em 1946, dando início à Guerra Fria (FIORI, 2011).

1.5 A Ucrânia durante a Revolução Russa

Em fevereiro de 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, eclodiu a Revolução Russa, que derrubou a dinastia Romanov, lançando a Rússia num período de turbulência interna. Com o Tratado de Brest-Litovsk imposto pela Alemanha, perdeu a Polônia, as províncias bálticas, a Ucrânia e partes significativas do Sul e do Oeste (HOBSBAWM, 1995, p. 70). A China, o Japão e os Estados Unidos aproveitaram a situação e tomaram partes da ferrovia Transiberiana entre o lago Baikal e o porto de Vladivostok. Esta última foi ocupada por tropas japonesas entre 1918 e 1922 (KAPLAN, 2012, p. 171). Vários exércitos contrarrevolucionários, chamados de “brancos”, levantaram-se contra os bolcheviques, que tomaram o poder em outubro. Eles foram patrocinados pelos aliados, que destacaram tropas inglesas, francesas, americanas, japonesas, polonesas, sérvias, gregas e romenas para combater os soviéticos. Antes de alcançarem a vitória e se consolidarem no poder em 1920, os bolcheviques chegaram a ficar encurralados entre os países bálticos e os Urais, praticamente sem saída para o mar, a não ser um pequeno litoral de Leningrado no golfo da Finlândia (HOBSBAWM, 1995, p. 70).

Após a Revolução de fevereiro, a Ucrânia se autoproclamou República Nacional da Ucrânia, após o parlamento ucraniano, a Rada Central, aprovar o Ato Universal, em 11 de junho de 1917. Entretanto, o governo provisório de Petrogrado recusou a postulação de autonomia ucraniana, sob o argumento de que isto poderia gerar um precedente que levaria a Rússia à anarquia. Lenin, por outro lado, reconhecia a legitimidade da aspiração ucraniana. A Rada central era comandada por intelectuais, proprietários de terras e comerciantes ucranianos que, desejavam a autonomia, porém não reivindicavam a separação da Rússia. Em duas notas publicadas no *Pravda* em junho de 1917, Lenin reconheceu a legitimidade das demandas

ucranianas, inclusive o direito de a Ucrânia desligar-se da Rússia livremente. Posteriormente, Lenin reconheceu a maior parte da região industrializada de Donbass como parte do território ucraniano (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 212).

Durante a guerra civil, forças bolcheviques avançavam sobre várias regiões da Ucrânia que estavam em conflito devido à invasão de tropas ocidentais. Em Odessa, foi instalado um Conselho de Comissários do Povo, que apoiava o governo soviético de Petrogrado e era formado por anarquistas, bolcheviques e membros do Partido Socialista. Na região entre o Mar de Azov e o rio Donets⁹ foi estabelecida a República Popular Soviética de Donetsk Krivoy-Rog. Na Crimeia, a esquadra russa aderiu aos bolcheviques em março e expulsou os tártaros, nacionalista ucranianos – chamados pelos soviéticos de “burgueses” –, senhores de terra e membros do clero islâmico. Foi então fundada a República Soviética da Taurida, cujo nome tem como referência o nome antigo da península, *Tauris* (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 215).

Em abril de 1918, quando a Alemanha ocupou Kiev e outras cidades ucranianas, o general Pavel Skoropadskyi liderou um golpe de Estado e instalou um governo contrário aos bolcheviques, que por sua vez não aceitavam a ideia de a Ucrânia se separar da Rússia. Skoropadskyi era um aristocrata ucraniano, nascido na Alemanha e, respaldado na sua origem cossaca, proclamou-se atamán da Ucrânia, com apoio das tropas de ocupação alemãs e austro-húngaras. A derrota na guerra no fim de 1918 tornou insustentável a posição de Skoropadskyi, que sem o apoio militar externo foi derrubado. Ascendeu ao poder o nacionalista Symon Petlyura, que fundou a República Popular da Ucrânia. Neste momento se acirrou o conflito entre elites e operários, havendo forte repressão à classe trabalhadora, chegando a ocorrer enforcamento de operários capturados na cidade de Donetsk (MONIZ BANDEIRA, 2016, p.

⁹ Afluente do rio Don, que fica na Rússia.

213). Contudo, Petlyura não conseguiu organizar o Estado ucraniano, que passou a ser parte da União Soviética posteriormente, no momento de sua fundação:

(...) he presided over a group of unruly warlords, not a disciplined army. Petliura and his officers never managed to make the transition from an insurgent force to a regular army. Successful rebels, the Ukrainian politicians turned out to be amateurs at building a state and organizing armed forces (PLOKHY, 2015, p. 217).

Neste mesmo contexto, também teve destaque a participação de anarquistas ucranianos na guerra civil. Liderados por Nestor Makhno, tiveram como base uma revolta camponesa de caráter comunista-anarquista, que ocorreu na vila de Huliaipole, na província de Zaporizhia. A partir daí, Makhno formou o Exército Revolucionário Insurrecional da Ucrânia, o “Exército Negro”, como ficou conhecido, que combateu tanto os contrarrevolucionários do Exército Branco, quanto o Exército Vermelho. Seus objetivos estavam mais próximos do anarquismo, uma vez que pretendiam deixar os soviets livres e eliminar instituições e autoridades, ou seja, construir uma sociedade sem Estado. Este movimento alcançou as cidades de Alexandrovski, Melitopol, Mariupol, Yekaterinoslav e Pavlogrado. Entretanto, o Exército Vermelho conseguiu derrotar tanto os anarquistas de Makhno quanto os nacionalistas liderados por Petlyura – estes últimos, parcialmente. Grande número de anarquistas foi executado, porém Nestor Makhno conseguiu escapar para Paris (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 214-215).

Em março de 1919, conforme Lenin manteve sua posição favorável à autodeterminação das nacionalidades, o Congresso dos Soviotes da Ucrânia mudou o nome oficial do país para República Socialista Soviética da Ucrânia e definiu um governo próprio, formando um Estado independente:

According to Lenin, the Bolsheviks had neglected the nationality question. Consequently, the Bolshevik army returned to Ukraine in late 1919 and early 1920 under the banner of the formally independent Ukrainian Socialist Soviet Republic and tried to address the Ukrainians in their native language. Russification was out; cultural accommodation of the national revolution was in (PLOKHY, 2015 p. 220).

Enquanto isso, no início do mesmo ano, a República Popular da Ucrânia Ocidental, que ficava na Galitzia, se unia à República Nacional da Ucrânia, sob a liderança do nacionalista Symon Petlyura, que deu continuidade ao conflito com os soviéticos. Os nacionalistas contavam com o apoio da Polônia liderada pelo Marechal Józef Klemens Pilsudski.

A política de reconhecimento de nacionalidades deu margem na Ucrânia ao surgimento de outros movimentos separatistas menores, enquanto ocorriam revoltas de camponeses, operários e cossacos. Neste momento, em praticamente todas as cidades ocorriam *pogroms*, ataques violentos em massa que resultavam no assassinato de judeus e destruição de suas casas, estabelecimentos e locais religiosos. Esta prática antissemita foi executada pelas alas contrarrevolucionárias da Ucrânia, que contavam com a participação de diversos atamãs cossacos de várias regiões e eram liderados por Petlyura. No ano de 1919, há registro de que as cavalarias cossacas praticaram crimes de pilhagem, tortura, estupro e assassinato de seis mil judeus. Entre os anos de 1918 a 1922, estima-se o massacre de até cento e cinquenta mil judeus perpetrado pelas forças do Exército Branco contrarrevolucionário (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 223).

Após quase um ano de guerra, o Exército Vermelho, comandado pelo general Tukhachevsky, conseguiu derrotar os nacionalistas e conquistou Kiev, que estava dominada por tropas polonesas. O ditador polonês Pilsudsky, ao assinar o Tratado de Riga em 1921, reconheceu a soberania russa sobre a Ucrânia e a Bielorrússia pondo fim à guerra. Em dezembro do ano seguinte, a Ucrânia, ainda devastada pela guerra civil e pela fome, participou da primeira formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ao lado da Rússia, Bielorrússia e Transcaucásia.

Neste momento a região da Novorossiia, que incluía desde a região industrializada de Donbass até Odessa, foi transferida para a Ucrânia, com o objetivo de equilibrar a população

camponesa, onde prevaleciam setores nacionalistas, a Oeste do rio Dnieper, com os operários de maioria russa e apoiadora dos bolcheviques da Novorossyia (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 223-224). A Ucrânia aumentaria de território em 1939, em decorrência do Pacto Molotov-Ribbentrop, incorporando territórios da Romênia – Bessarábia, Hertza e o nordeste de Bukovina – e retomando a Galitzia e Volhnia, na fronteira com a Polônia.

1.6 A Alemanha nazista na Ucrânia

Durante a Segunda Guerra Mundial novamente o território ucraniano foi objeto do antagonismo geoestratégico entre as potências beligerantes. Para Stálin, a Ucrânia constituía a zona tampão que protegia uma parte vulnerável da fronteira com a Europa do ponto de vista estratégico, além da produção agrícola fundamental para garantir o abastecimento das cidades no esforço de industrialização. Para a Alemanha nazista, além do interesse nas terras férteis ucranianas, havia o objetivo de alcançar o Cáucaso, por motivos de defesa e as reservas de petróleo de Baku, no Azerbaijão.

Em junho de 1941 foi deflagrada a Operação Barbarossa, que consistiu na invasão da União Soviética pelo exército alemão. As tropas da *Wehrmacht* invadiram e ocuparam a Crimeia, porém só conseguiram tomar a base naval de Sebastopol após 250 dias de confronto. Durante a ocupação, as tropas nazistas exterminaram mais da metade dos judeus que viviam na Crimeia. Não obstante as atrocidades cometidas pelos alemães, durante a invasão houve também colaboração de parte dos ucranianos com os nazistas (HOBSBAWM, 1995, p. 139).

O processo de coletivização forçada conduzido pelo regime de Stálin e a necessidade de grãos para abastecer as cidades industriais em crescimento acelerado provocaram problemas no fornecimento de alimentos para a população camponesa, o que causou a grande fome dos anos 1930. Este foi um dos fatores que contribuiu para o surgimento de um sentimento antissoviético em parte dos ucranianos, além da natureza opressiva do regime de Stálin. De fato, o serviço de

inteligência soviético à época, o NKVD, já tinha expectativa de que os nacionalistas ucranianos pudessem se aliar à Alemanha, em caso de ocorrer uma invasão, e que pudessem contar com certo apoio popular. Havia notícias de que duzentos ativistas ucranianos foram para Berlim serem treinados para administrar uma “Ucrânia independente” e que mais de mil grupos armados sob a liderança de Stepan Bandera estavam preparados para atuar junto aos nazistas contra a URSS. Bandera era agente da *Abwehr*, serviço de inteligência do Exército alemão e comandou a Organização dos Nacionalistas Ucranianos e o Exército Ucraniano Insurgente, que foi treinado pelas *Waffen-SS* alemãs. Além do suporte alemão, Bandera contava também com o apoio do almirante inglês Hugh Sinclair, chefe do serviço de inteligência britânico MI6, para que combatesse os soviéticos. A atuação destes grupos nacionalistas ucranianos se deu em colaboração com os nazistas desde o início da invasão alemã, através da realização de *pogroms* (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 226).

Em junho de 1941, Stepan Bandera proclamou a independência da Ucrânia, após a conquista de Lviv, onde foram exterminados milhares de judeus. Seu grupo de nacionalistas defendia a ideia propalada por Hitler de que existia um complô judaico-bolchevique. Projetava um governo aliado aos nazistas, porém independente, com o objetivo de instaurar uma “nova ordem étnica na Europa” (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 228), acreditando que a Alemanha retiraria suas tropas da Ucrânia libertando-a tanto da Polônia quanto da União Soviética. Entretanto, a ideia de um Estado eslavo independente não convergia com os interesses alemães. O “espaço vital” para a Alemanha, o *lebensraum*, conforme definido pelo regime nazista, incluía as terras férteis e as estepes da Ucrânia com a finalidade de serem colonizadas por camponeses alemães e os ucranianos deveriam servir de mão-de-obra escrava. Além disso, os alemães visavam a alcançar as reservas de petróleo de Baku e obter o controle do Cáucaso, devido a sua importância geográfica em termos de defesa:

Hitler's rural utopia for the Germans required not only the acquisition of new territory but also its deurbanization and depopulation. His vision for eastern Europe differed greatly from the one introduced by the Bolsheviks and promoted by Joseph Stalin. Both dictators were prepared to use brute force to build their utopias, and both needed Ukrainian territory, soil, and agriculture to achieve their goals, but they had dissimilar attitudes toward the cities and the population at large. (...)With its pre-1914 reputation as the breadbasket of Europe and one of the higher concentrations of Jews on the continent, Ukraine would become both a prime object of German expansionism and one of the Nazi's main victims (PLOKHY, 2015, p.260).

Desta forma, as autoridades nazistas determinaram a prisão de Stepan Bandera, apesar de toda a sua colaboração no processo de envio para campos de concentração e extermínio de judeus, promoção de *pogroms* e na limpeza étnica do gueto de Varsóvia (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 228). Com o avanço do Exército Vermelho sobre a Ucrânia, Bandera foi libertado e transportado para lá, para que colaborasse na luta contra os soviéticos. No pós-guerra se exilou na Zona de Ocupação Britânica na Alemanha e de lá reestruturou e coordenou assassinatos, ações de guerrilha e terrorismo contra os soviéticos na Ucrânia. Os serviços de inteligência das potências ocidentais reproduziram esta mesma estratégia, de fortalecer e expandir a resistência armada dentro de outras Repúblicas soviéticas. As ações paramilitares na Ucrânia duraram até a década de 1950, quando começaram a diminuir. Em 1959, a KGB decidiu eliminar as lideranças nazistas da Ucrânia que se exilaram na Alemanha e, em outubro deste mesmo ano, Stepan Bandera foi executado em Munique, quando entrava em seu apartamento.

1.7 A cessão da Crimeia à Ucrânia por Krushev

Com o fim da Segunda Guerra Mundial foi criada a Organização das Nações Unidas, da qual a então República Soviética da Ucrânia foi um dos países fundadores. Stálin tentou emplacar a Ucrânia como membro permanente do Conselho de Segurança, o que lhe garantiria mais um voto e o poder de veto, mas isto foi contrariado pela Inglaterra. As fronteiras ucranianas definidas por Stálin compreendiam a parte ocidental, à margem esquerda do rio

Dnieper, as regiões Leste e Sudeste – a Novorossiia, com população de maioria russa –, a Galitzia, o sul da Bessarábia, o norte da Bucóvina e a Rutênia subcarpática.

Em 1954, o *Presidium* do Conselho Supremo da União Soviética, liderado por Nikita Krushev, emitiu um decreto que transferia o oblast da Crimeia, parte da República Socialista Soviética Russa, para a Ucrânia. A decisão de Krushev foi controversa, pois não estava de acordo com a base jurídica soviética. O artigo 18 da Constituição definia que as fronteiras de uma república dentro da URSS não poderiam ser alteradas sem o prévio consentimento da própria. Ou seja, a decisão foi tomada pelo Presidium da União à revelia da República soviética russa, o que feria a Constituição. Todavia, para conferir legitimidade à transferência, o Presidium Supremo alterou os artigos 22 e 23, que definiam respectivamente as regiões pertencentes à República Soviética russa e ucraniana. O motivo da cessão da Crimeia, pelo menos no que consta oficialmente, foi a celebração de trezentos anos de sua conquista pelo Império Russo, embora não fique claro qual motivo político ou estratégico estava por trás da decisão de Krushev (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 241-242).

Com a incorporação da Crimeia nos anos 1950, a Ucrânia alcançou o máximo da sua extensão territorial, que herdou em 1991 quando se tornou um Estado independente. Tanto a Crimeia quanto a região de Donbass eram domínios russos originalmente, que só passaram a fazer parte da Ucrânia após o surgimento da União Soviética. Na crise de 2014-15, as populações da Crimeia e de Donbass, de maioria russa, contestaram a mudança de regime, tendo a primeira se separado da Ucrânia e se reintegrado à Rússia, e a segunda entrou num conflito separatista que perdura até hoje.

No capítulo seguinte, será abordado o fim da União Soviética, que levou à independência da Ucrânia e o período subsequente dos anos 1990, caracterizado pela grande crise econômica e social causada pela transição para economia de mercado nas ex-repúblicas soviéticas. Neste contexto, vamos analisar o avanço de instituições controladas pelas potências

ocidentais como o Otan e a União Europeia na antiga zona de influência soviética no Leste Europeu e a perspectiva geopolítica norte-americana, bem como a reação da Rússia a este processo a partir dos anos 2000, quando ocorreu uma recuperação da economia e uma mudança de estratégia durante o governo de Vladimir Putin, que a permitiu voltar a projetar seu poder regionalmente.

2 O fim da URSS e a Ucrânia independente no pós-Guerra Fria

Durante a Guerra Fria, o domínio soviético se estendeu até a Alemanha, o que deixou a Ucrânia numa posição segura em relação a ameaças externas, sob a perspectiva soviética. Do ponto de vista geopolítico, a Ucrânia não constituiu a fronteira vulnerável que se observou ao longo do Império czarista e no período entre as duas grandes guerras mundiais. Conforme afirma Sehrii Plokyh:

With the Soviet army stationed as far west as Germany, Ukraine was no longer a border republic facing what was considered the hostile West, as it had been during the interwar period, but its importance to the union's industrial and agricultural potential remained as great as it had been before the war (PLOKHY, 2015, p.292).

Neste sentido, durante a Guerra Fria a Ucrânia teve uma relevância maior no âmbito interno da União Soviética, do que nos assuntos internacionais. Sob o aspecto territorial houve uma mudança significativa para a Ucrânia, que foi a cessão da península da Crimeia para a então República Socialista Soviética Ucraniana – anteriormente à URSS a Crimeia fazia parte do Império Russo e após a revolução se tornou parte da República Socialista Soviética Russa, não da Ucrânia. A cessão da Crimeia para a Ucrânia se deu durante o governo de Krushev e trouxe consequências significativas do ponto de vista geopolítico após o fim da Guerra Fria. Para compreender a dinâmica do sistema internacional na Guerra Fria e após o seu fim, tomaremos como base as teorias geopolíticas elaboradas no século XX por Halford Mackinder e Nicholas Spykman. Tais teorias serão essenciais para analisarmos a situação da Ucrânia no pós-Guerra Fria.

2.1 A geopolítica norte-americana: a Eurásia e o seu entorno

A estratégia norte-americana no pós-Guerra Fria pode ser compreendida ao analisarmos o pensamento geopolítico que se desenvolveu ao longo do século XX na Inglaterra e nos Estados Unidos. Seu precursor foi o oficial da marinha norte-americana Alfred Mahan, que

elaborou uma teoria do poder marítimo no século XIX. O marco teórico mais influente foi a tese do *heartland* elaborada pelo geógrafo inglês Halford Mackinder, no início do século XX, que foi desenvolvida e reinterpretada por Nicholas Spykman durante a 2ª Guerra Mundial, ao criar o conceito de *rimland*. Estas teorias tiveram continuidade no pensamento do geoestrategista norte-americano de origem polonesa Zigmiew Brezinski, cujo principal trabalho foi publicado no pós-Guerra Fria, no qual defendia uma ideia similar àquela lançada por Mackinder em 1904, de que a região da Eurásia constitui a área pivô do mundo (ver mapa 6), cujo controle possibilitaria a emergência de um poder de alcance global.

Mapa 6 – A área pivô do mundo segundo Mackinder



Fonte: MACKINDER, 1904.

O marco inicial do pensamento geopolítico norte americano se deu com as reflexões de Alfred Mahan sobre a superioridade do *poder naval* sobre as potências terrestres. Para Mahan, desde o século XVII o controle dos mares era o fator determinante para o sucesso militar e econômico das grandes potências, tanto em termos militares quanto econômicos – através do controle de rotas comerciais. Ao defender a ideia de que os oceanos formam uma unidade, em

contraposição aos continentes que são divididos, Mahan estabelecia a condição geográfica que permitia o comando dos mares por uma única potência, que a levaria a uma posição hegemônica em relação às demais.

Mackinder afirmou que, até o século XIX, a tese de Mahan era verdadeira, o que se confirmava pela hegemonia britânica observada neste contexto histórico, em que se destacava sua supremacia naval em relação aos demais países. No século XX, entretanto, tal supremacia teria chegado ao seu fim. Para Mackinder, a grande massa territorial da Rússia, aliada ao processo de integração através de ferrovias, tornaria o *poder terrestre* da Eurásia capaz de suplantar as potências navais, caso se expandisse para o seu entorno, podendo então definir os rumos da política internacional.

Isto seria possível porque suas potencialidades em termos de recursos naturais e população eram enormes e poderiam torná-la uma vasta economia mais ou menos autônoma, cuja configuração geográfica a fazia inacessível às rotas comerciais marítimas. Neste sentido, Mackinder (1904) construiu a seguinte argumentação:

Is not the pivot region of the world's politics that vast area of Euro-Asia which is inaccessible to ships, but in antiquity lay open to the horse-hiding nomads, and is to-day about to be covered with a network of railways? There have been and are here the conditions of a mobility of military and economic power of a far-reaching and yet limited character (MACKINDER, 1904).

A Rússia, dentro desta interpretação, é o Estado pivô, devido a seu território coincidir na maior parte com a área pivô – o *heartland* – definida por Mackinder. As grandes ferrovias intercontinentais – como a Transiberiana – permitiriam a mobilidade de forças armadas e mercadorias de modo ágil, sendo capaz de competir com as vantagens das rotas marítimas. A expansão da Rússia para as áreas marginais da Eurásia tornaria possível a emergência de um poder global – *empire of the world*, nas palavras de Mackinder, que vislumbrava esta

possibilidade numa possível aliança da Rússia com a Alemanha. Para o geógrafo inglês, a hegemonia mundial dependia do controle do *heartland*:

Who rules East Europe commands the Heartland.
 Who rules the Heartland commands the World-Island.
 Who rules the Heartland, commands the World-Island.
 Who rules the World-Island, commands the World (Mackinder, 1919, p. 186).

A Ilha Mundial (*World-Island*) é formada por Europa, Ásia e África. Estes três continentes interligados representam, como um todo, a região mais populosa, mais rica em recursos naturais e maior em tamanho. Está ligada também à ideia de que o conjunto de oceanos formam uma unidade, como pensava Mahan, ao contrário da visão tradicional de que havia quatro oceanos e seis continentes. Entretanto, para Mackinder a balança pesava em favor do poder terrestre, que estava concentrado na área pivô e era inacessível ao poder naval. A partir desta teoria, o geógrafo inglês se tornou uma das principais referências para se pensar a geopolítica no sistema internacional.

Tomando como base a teoria do *heartland*, o geoestrategista norte-americano Nicholas Spykman desenvolveu sua teoria do *rimland*, que desloca a importância fundamental da área pivô para o seu entorno. Ou seja, mais importante do que conquistar o *heartland* é obter o controle do *rimland*, que é exatamente o conjunto das áreas ao seu redor, que Mackinder havia nomeado como crescente marginal. De acordo com José Luis Fiori (2011)

Dentro desta tradição, não há dúvida que Nicholas Spykman foi o pai da “escola geopolítica norte-americana”. Ele partiu das idéias de Halford Mackinder, mas modificou sua tese central: para Spykman, quem tem o poder mundial não é quem controla diretamente o “coração do mundo”, é quem é capaz de cercá-lo, como os Estados Unidos fizeram durante toda a Guerra Fria, e seguem fazendo até os nossos dias (FIORI, 2011).

O *rimland* era mais importante para Spykman, porque tanto favorecia o domínio da Eurásia quanto permitia o contato com outras regiões do mundo através dos mares (KAPLAN, 2012). Além disso, era mais rico em recursos naturais que o *heartland* e, devido as suas

condições geográficas, estava sujeito à disputa tanto pelo poder terrestre da Rússia quanto pelas potências marítimas. Pode-se notar que Spykman foi influenciado tanto pela teoria do poder terrestre de Mackinder, quanto pela teoria do poder naval de Mahan:

Discípulo de geopolíticos como Mahan e Mackinder, Spykman compreendia a importância da geografia política. Ao situar o epicentro do problema não apenas no “Estado que controla o Heartland”, mas nos países “comprimidos” entre as potências terrestres e navais, Spykman multiplicou os focos de tensão, ampliando o raio de ação da política exterior americana (BRANDÃO, 2016, p. 55).

As ideias de Spykman foram a referência para a geopolítica norte-americana durante a Guerra Fria, tanto para a definição da política de *contenção* elaborada por George Kennan, quanto para sua crítica feita pelo campo conservador nos EUA. De acordo com Henry Kissinger (1994), Kennan via a União Soviética essencialmente como uma combinação entre a ideologia comunista e o expansionismo czarista, este último estando relacionado ao problema histórico da vulnerabilidade da Rússia:

From time immemorial, argued Kennan, the tsars had sought to expand their territory. They had sought to subjugate Poland, and to turn it into a dependente nation. They had regarded Bulgaria as being within Russia’s sphere of influence. And they had sought a warm-water port on the Mediterranean, mandating control of the Black Sea Straits (KISSINGER, 1994, p. 448).

Kennan defendia que União Soviética cairia por si só, cabendo aos Estados Unidos uma postura reativa em relação ao expansionismo soviético. Neste sentido, os EUA articularam sob a mesma estratégia de contenção pactos defensivos como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) e o Plano Marshall, que visava à reconstrução dos países aliados e a conter o avanço do socialismo na Europa (BRANDÃO, 2016, p. 139).

Após o fim do conflito entre Estados Unidos e União Soviética, uma das principais referências no pensamento geopolítico norte-americano foi Zbigniew Brzezinski. Suas reflexões são interessantes para esta pesquisa, pois ele analisou a Ucrânia como sendo um dos

pivots geopolíticos da Eurásia no pós-Guerra Fria. Na linha da teoria do *heartland*, ele definiu a Eurásia como principal objetivo geopolítico dos Estados Unidos, afirmando que este feito havia sido alcançado com a vitória na Guerra Fria. Brzezinski (1997) afirmou que a primazia global norte-americana seria diretamente dependente da capacidade de sustentar sua proeminência na região eurasiática. Além disso, destacou que o poder americano representava um novo tipo de hegemonia que, muito mais do que outros impérios, enfatizava a técnica de *cooptação* de elites estrangeiras que pudessem favorecer seus interesses estratégicos. Isso seria possível devido a uma suposta liderança internacional dos Estados Unidos no campo cultural, a partir da qual sua política e economia serviriam de exemplo para outros países, incluindo os antigos adversários da Guerra Fria. Neste sentido, a hegemonia americana seria exercida de modo indireto e “aparentemente consensual” (BRZEZINSKI, 1997, p. 27).

2.2 O fim da URSS e a independência da Ucrânia

O fim da União Soviética está relacionado principalmente às iniciativas norte-americanas no campo geopolítico, que aumentaram a pressão competitiva no sistema internacional nos anos 1980. Sob a presidência de Ronald Reagan, os EUA deixaram de lado a doutrina da contenção de Kennan, que em geral era reativa e se baseava na ideia de que haveria um declínio inercial da URSS, e adotaram uma postura ofensiva contra a União Soviética. Os principais críticos da estratégia de contenção dentro dos EUA eram os conservadores, que viam tal estratégia como vantajosa para a URSS. A expansão das zonas de influência soviéticas nos anos 1970 confirmaram este argumento:

Entre a Guerra do Yom Kippur e a invasão do Afeganistão pelas tropas soviéticas, a União Soviética viveu seu apogeu em termos de projeção de poder em regiões geopoliticamente sensíveis. Estados importantes do *rimland* foram incorporados progressivamente à sua esfera de influência. Fator determinante para essa expansão foi a oferta de crédito em divisa estrangeira (um dos itens do acordo que estabeleceu a *détente*) e a sucessiva elevação do preço do petróleo, principal produto de exportação soviético. O comércio de petróleo favoreceu a acumulação de divisas que, por sua vez, possibilitaram a expansão territorial do poder (BRANDÃO, 2016, p. 142).

Nos anos 1980, os soviéticos enfrentavam a corrida armamentista que foi impulsionada no governo Reagan e vinham sendo derrotados na guerra contra o Afeganistão, cuja instabilidade também foi resultado da ação da inteligência norte-americana¹⁰. Como resposta a esta pressão exercida pelos Estados Unidos é que foram realizadas as reformas de Gorbachev, nos anos 1980. Ao mesmo tempo em que aumentou sua projeção geopolítica na Guerra Fria, a URSS vinha percebendo dificuldades no campo econômico, que se aprofundaram com a pressão colocada pelos EUA. A partir dos anos 1960, houve uma diminuição significativa no crescimento anual médio da URSS. No período de 1951 a 1960, o crescimento econômico anual médio foi de 10,3%, enquanto que nos anos de 1981 a 1985 a média foi de 3,2% (SEGRILLO, 2015). Além disso, o governo soviético percebia a defasagem tecnológica em relação às potências ocidentais, no contexto da chamada “Terceira Revolução Industrial” ou Revolução Científico-Tecnológica. Gorbachev afirmou que “o hiato existente na eficiência da produção, na qualidade dos produtos, no desenvolvimento científico e tecnológico (...) começou a se alargar, e não a nosso favor” (SEGRILLO, 2015, p. 17). Tanto a estagnação econômica quanto a defasagem tecnológica da União Soviética coincidiram com transformações no paradigma de produção industrial no Ocidente, como a adoção de padrões flexíveis de produção, como o Toyotismo, em lugar do tradicional Fordismo.

Neste cenário de crise econômica, o governo soviético tentou implantar uma reforma econômica radical, a *Perestroika*, que consistia basicamente num conjunto de medidas que visavam à retomada do crescimento por meio de gastos públicos não-militares, redução dos gastos militares, reforma das empresas públicas com objetivo de promover a inovação tecnológica, disciplina e combate à corrupção (MEDEIROS, 2008). Implantadas em 1987-88,

¹⁰ De acordo com Moniz Bandeira (2016), a CIA realizou operações no Afeganistão com o objetivo de provocar uma invasão soviética no país.

as reformas foram um fracasso, gerando problemas de abastecimento de alimentos, necessidade de grandes volumes de exportação, aumento substancial da dívida externa e crise inflacionária.

Como os gastos militares constituíam o principal fardo da economia soviética, Gorbachev tinha como objetivo pôr fim à corrida armamentista com os Estados Unidos. A proposta de redução de gastos militares, que significaria na prática uma diminuição de armas e tropas, levou Gorbachev a tentar redefinir toda a estratégia militar soviética, buscando a adoção de uma “doutrina defensiva”, o que contou com larga oposição da alta cúpula do Exército Vermelho e do complexo industrial-militar (MEDEIROS, 2008). A condição dos militares para a redução de armas estratégicas ofensivas era que os Estados Unidos em contrapartida interrompessem a sua Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE). Entretanto, Gorbachev anunciou em 1988 nas Nações Unidas sua decisão de redução unilateral das forças soviéticas, enquanto que Reagan havia rejeitado abandonar a sua iniciativa. Isto representou um isolamento dos militares contrários às reformas – considerados “conservadores”, neste contexto – e um enfraquecimento do poder do exército, o que teve um peso considerável para a dissolução da União Soviética. De acordo com Medeiros,

o Exército soviético era o principal instrumento de defesa do comunismo e, simultaneamente, o elemento de coesão das nacionalidades e grupos étnicos. O declínio do poder do Exército foi, assim, o estopim para o separatismo (MEDEIROS, 2008, p. 222).

Ao mesmo tempo, a derrota no Afeganistão contribuiu para o enfraquecimento desta instituição. Após o fim da guerra, grupos étnicos não-russos passaram a protestar contra o alistamento militar e começaram a surgir movimentos separatistas.

Na Ucrânia, o acidente de Chernobyl, em 1986, impulsionou o descontentamento da sociedade com Moscou, levantando questões sobre a relação das repúblicas com o poder central. O movimento ecológico, que responsabilizava Moscou pelo desastre, tornou-se uma das primeiras formas de organização nacional durante as reformas de Gorbachev. Outra questão

central que tomou forma de mobilização política foi a defesa da cultura nacional. De acordo com Ploky (2015), uma das primeiras organizações de massa na Ucrânia foi a Sociedade para Proteção da Língua Ucraniana, que em 1989 tinha 150.000 membros. Este grupo considerava que os fundamentos da nação ucraniana, que seriam a língua e a cultura, estavam sob ameaça, devido ao processo de “russificação” pelo qual passou a Ucrânia durante a urbanização no período soviético. Nos anos 1980, apesar de a população ucraniana ser majoritária na maioria das cidades, a língua russa ainda era predominante. Em 1989, houve a primeira eleição indireta para o parlamento, surgiu a primeira organização política de massa, o Movimento Popular pela Perestroika, chamado *Rukh* – que chegou à marca de 300.000 membros neste mesmo ano – e a Igreja Católica foi legalizada.

No verão de 1990, o parlamento ucraniano seguiu a decisão tomada pelos países bálticos e declarou a Ucrânia como país soberano, o que não a separou imediatamente da União Soviética, porém deu as suas próprias leis precedência sobre as leis soviéticas. Devido à crise econômica e ao enfraquecimento do exército, o governo soviético estava numa condição de impotência para frear as aspirações de independência de suas repúblicas. Após o golpe malogrado dos militares “linha-dura” contra Gorbachev, em 19 de agosto de 1991, o parlamento ucraniano votou pela independência, que foi confirmada por referendo popular no dia primeiro de dezembro.

2.3 A conjuntura pós-Guerra Fria e a Ucrânia independente

O fim da União Soviética representou uma grande mudança no sistema internacional. Nos anos 1990, este se caracterizou por uma enorme assimetria tecnológica, militar e econômica entre os Estados Unidos e os demais países. A Rússia, que foi herdeira da maior parte do aparato militar e tecnológico soviético, passou por uma severa crise econômica e social em decorrência do modo como foi feita a transição para a economia de mercado. A Ucrânia, assim como as demais repúblicas que se separaram, sofreu grande queda na produção agrícola

e industrial e passou por um processo de hiperinflação. Esta se deu principalmente por não haver instituições financeiras próprias na Ucrânia e pela necessidade de comprar produtos do mercado estrangeiro, que gerava um déficit orçamentário que era coberto com emissão de papel moeda e empréstimos.

O PIB *per capita* da Ucrânia decaiu significativamente entre 1991 e 2000. Havia expectativa em parte da sociedade que a integração com os países da Europa e os Estados Unidos, a adoção do livre-mercado e construção de regimes democráticos fosse de fato melhorar as condições de vida no país. Entretanto, as políticas de privatizações, desregulamentação financeira e liberalização do comércio aprofundaram ainda mais a crise econômica, além de favorecer a corrupção. Neste processo emergiu uma nova classe de oligarcas que passaram a constituir a elite político-econômica da Ucrânia (MONIZ BANDEIRA, 2016). Devido às relações construídas no passado soviético, a Ucrânia continuou a ser dependente da Rússia em termos econômicos. Durante o período da URSS, o gás russo fornecido para a Ucrânia tinha o preço subsidiado em 70% e quase um terço do complexo industrial militar soviético estava localizado em território ucraniano. Aproximadamente 750 fábricas e 140 instituições técnicas, com quase 1 milhão de trabalhadores se mantinham integrados à economia russa. Com a dissolução da URSS, a Rússia removeu de lá dois terços do antigo aparato industrial soviético e as importações de maquinário e equipamentos produzidos na Ucrânia caiu em 40% (MONIZ BANDEIRA, 2016 p. 250).

Nos EUA, uma das prioridades da política externa de Bill Clinton ao assumir a presidência foi a Ucrânia, com o objetivo de realizar negociações para a retirada do arsenal atômico soviético instalado no país. O acordo foi assinado em janeiro de 1994, após intensos debates, tendo participado os Estados Unidos, a Inglaterra e a Rússia. A Ucrânia recebeu valor referente às 1500 ogivas com urânio altamente enriquecido, além de suporte para o desmonte de toda a infraestrutura nuclear e de 176 mísseis balísticos intercontinentais (MONIZ

BANDEIRA, 2016). A atuação dos Estados Unidos e Inglaterra tinha como base os acordos *Strategic Arms Reduction Treaty* (START) e o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que tinham como objetivo a redução dos arsenais nucleares no mundo. Além disso, os Estados Unidos criaram o programa *Partnership for Peace*, que tinha como objetivo inserir as ex-repúblicas soviéticas dentro da estrutura da Otan. Na Ucrânia, um dos obstáculos a este objetivo era a base naval de Sebastopol, na Criméia. Esta cidade tinha maioria de russos como habitantes, além de muitos marinheiros e militares, devido a ser a cidade onde estacionava a 5ª esquadra soviética. Desta forma, havia uma grande resistência por parte da maioria da população à Otan, que era vista como inimiga.

Em 1992 a Crimeia realizou uma tentativa de emancipação da Ucrânia, criando uma Constituição própria. Neste mesmo ano o parlamento russo tornou nulo o ato que transferiu a Criméia para a jurisdição ucraniana. Abriu-se investigação no Congresso dos Deputados do povo Russo para apurar a legalidade de reivindicação da Ucrânia sobre Sebastopol. Em junho de 1993, a Duma proferiu decisão reafirmando Sebastopol como cidade russa e definindo a indivisibilidade da Frota do Mar Negro – a Ucrânia também pleiteava ter controle de metade da frota. O presidente Leonid Kuchma, ao ser sondado por Bill Clinton sobre a adesão da Ucrânia à Otan, tomou uma atitude que buscava a conciliação com os dois lados. Em relação a Kuchma, Moniz Bandeira afirma que

Quando o presidente Bill Clinton lhe sugeriu associar a Ucrânia à OTAN, durante o encontro que tiveram em Kiev, em 22 de novembro de 1994, ele desconversou. A Ucrânia, cujo PIB havia caído cerca de 25% durante o governo de Leonid Kravchuk, na primeira metade dos anos 1990, não tinha condições de confrontar-se nem com a Rússia nem com os Estados Unidos (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 259).

Mesmo com os Estados Unidos descumprindo a promessa de não expandir a Otan para países da antiga área de influência soviética, o governo de Boris Yeltsin centrou sua política externa no pós-Guerra Fria na ideia de “cooperação” com os Estados Unidos e o Ocidente. Em

discurso no conselho de segurança da ONU, afirmou que a Rússia compartilhava os principais valores ocidentais, que segundo ele seriam os Direitos Humanos, a liberdade, o estado de direito e a moralidade. Na prática, Yeltsin concordou que países do antigo bloco socialista, como Polônia, Hungria e República Tcheca, tornassem-se membros da Otan, ao assinar em 1997 o Ato Fundador sobre as Relações, Colaboração e Segurança Mútua entre a Rússia e a Otan. Este acordo significou um avanço dos Estados Unidos em sua estratégia de enfraquecer a Rússia (MAZAT, 2013). Tal estratégia está relacionada à geopolítica norte-americana conforme vimos anteriormente, cujo objetivo de longo prazo está relacionado à Eurásia e ao controle e influência sobre os territórios do seu entorno, onde a Ucrânia tem um papel chave.

2.4 Anos 2000: a expansão da Otan e a Revolução Laranja

A Otan se expandiu na direção dos países que faziam parte do bloco socialista e da União Soviética ao longo dos anos 1990 e dos anos 2000. Em 1999, tornaram-se membros a Polônia, Hungria e República Tcheca. Em 2004, Eslováquia, Eslovênia, Romênia e Bulgária, além das ex-repúblicas soviéticas do Báltico, Estônia, Letônia e Lituânia. Conforme se pode observar no mapa 7 (página 58), após o fim da Guerra Fria a Otan se expandiu na direção do entorno da Rússia, de modo a cercá-la, o que remete à teoria do *rimland* de Spykman.

A Ucrânia se aproximou da Otan ainda no ano de 1997, por meio da adesão ao *Partnership for Peace*, que consistia num programa de cooperação bilateral entre um país euro-atlântico e a organização. Ao mesmo tempo, o presidente Leonid Kuchma se aproximava da Rússia, devido à interdependência econômica entre ambos. De acordo com Moniz Bandeira,

Diversos fatores e pressões – tanto domésticas quanto externas – compeliram o presidente Leonid Kuchma à tentativa de estabelecer o entendimento duplo e difícil da Ucrânia com a Rússia e, simultaneamente, a OTAN. Os Estados Unidos não desistiram de cercar, confinar e, ocupando econômica e militarmente a Ucrânia, apartar a Rússia da Europa Ocidental (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 261).

A interpretação de Moniz Bandeira coincide com aquela de Brzezinski a que nos referimos anteriormente, de que retirar a Ucrânia da órbita de influência russa reduziria a Rússia a uma potência asiática, sem projeção geopolítica sobre a Europa. Além disso, excluiria dos russos o acesso às águas quentes do Mar Mediterrâneo via Mar Negro.

Mapa 7 – Expansão da OTAN



Fonte: COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS, 2017.

Um episódio que se destaca neste esforço de afastar a Ucrânia da Rússia e aproximá-la do Ocidente foi a *Revolução Laranja*, ocorrida em 2004, na qual protestos de parte da população levaram à mudança no resultado das eleições. Ela se insere no contexto das “revoluções coloridas”, nas quais ONGs como *Freedom House*, *American Enterprise Institute*, *National Democratic Institute* eram financiadas por agências norte-americanas e europeias além de grupos privados e estatais tais como *United States Agency for International Development* (USAID), *National Endowment for Democracy* (NED) e a *Central Intelligence Agency* (CIA),

no sentido de apoiar grupos políticos que se posicionavam politicamente como pró-ocidentais e contrários à aproximação com a Rússia (MONIZ BANDEIRA, 2016; SUSSMAN, 2010).

A Revolução Laranja consistiu num movimento que defendia a anulação da eleição de Viktor Yanukovitch para a presidência em favor de Viktor Yuschenko. Yanukovitch, membro do Partido das Regiões, havia sido governador de Donetsk, localizada no leste ucraniano, onde a cultura russa é predominante. Yuschenko, por sua vez, era contrário ao acordo com a Rússia relativo à cessão da base de Sebastopol e defendia a integração da Ucrânia à União Europeia e à Otan. Após o resultado das eleições, ocorreram protestos de rua acusando que houve fraude no processo eleitoral. Políticos europeus se envolveram na mediação da crise, destacando-se a atuação do presidente da Polônia Aleksander Kwasniewski, que conseguiu convencer o presidente Leonid Kuchma, no fim do seu mandato, a apoiar a anulação das eleições (PLOKHY, 2015). Desta forma, a Revolução Laranja se saiu vitoriosa, com eleição de Yuschenko em dezembro de 2004, como presidente da Ucrânia.

Ploky interpreta a Revolução Laranja como um movimento de luta pela liberdade e pela justiça, conforme escreve a seguir

As television cameras transmitted images of the Maidan protests all over the world, European viewers discovered Ukraine for themselves, seeing it for the first time as something more than a distant region on the map. The images left no doubt that its inhabitants wanted freedom and justice. Europe and the world could not stand aside (PLOKHY, 2015 p. 334).

No trecho acima Ploky sustenta sua interpretação com base na cobertura da mídia ocidental dos protestos e a sua reação no Ocidente, justificando no final a atuação de atores externos como a Europa e o “mundo” na resolução da crise. Ele também utiliza os resultados das pesquisas eleitorais, que divergiram do resultado favorável a Yanukovitch, como fundamento para sua análise.

Moniz Bandeira, por sua vez, faz uma análise geopolítica da crise de 2004, destacando o interesse dos Estados Unidos de impedir a reemergência da Rússia como potência regional na Eurásia. Para Moniz Bandeira

O cerne do problema estava, pois, na desabrida ambição dos Estados Unidos de construir, a partir da Ucrânia, a ponte para sua expansão estratégica através da Eurásia, a pivotal área do equilíbrio global, e impedir que a Rússia voltasse a reconquistar a posição dominante no Mar Negro (MONIZ BANDEIRA, 2016 p. 265-266).

Moniz Bandeira faz alusão ao *heartland* de Mackinder quando se refere à “área pivotal do equilíbrio global”. O controle do Mar Negro é central para Rússia, pois permite o comércio e a projeção do poder naval com o Mar Mediterrâneo e com o oceano Atlântico. Para sustentar sua interpretação, Moniz Bandeira se utilizou de documentos e dados relativos aos recursos financeiros gastos pelos Estados Unidos com organizações políticas na Ucrânia. Entre os anos de 2003 e 2004, foram gastos pelo governo de George W. Bush aproximadamente US\$ 65 milhões com os grupos ligados a Viktor Yuschenko, inclusive sendo paga a sua viagem para encontrar autoridades norte-americanas nos Estados Unidos. A secretária de Estado para a Europa, Victoria Nuland, afirmou em 2013 que, desde 1991, os EUA haviam gasto US\$ 5 bilhões no “desenvolvimento de instituições democráticas” na Ucrânia (MONIZ BANDEIRA, 2016; MEARSHEIMER, 2014).

Em 2006, o Partido das Regiões ganhou a maioria do parlamento e nomeou Yanukovitch, cuja eleição havia sido anulada em 2004, como primeiro ministro, o que explicitou as contradições da Revolução Laranja. Isto é, o candidato que havia sido impedido de tomar posse dois anos depois voltou a ocupar lugar de destaque na política ucraniana, a liderança do parlamento, através do voto popular de seu partido. Embora tenha tido sucesso na anulação da eleição de 2004 em favor do seu candidato, a Revolução Laranja não conseguiu se consolidar, perdendo espaço para o Partido das Regiões, que se aliou aos partidos comunista e socialista da Ucrânia. Em 2010, Yanukovitch foi eleito novamente presidente da Ucrânia, desta

vez podendo tomar posse do cargo. Na perspectiva russa, a Revolução Laranja foi entendida como um golpe de Estado, conforme afirmou o presidente russo Vladimir Putin:

Viktor Yanukovitch won that election but it seems the streets did not agree with that and mass riots erupted. These riots were actively supported by the United States. A third round of elections were held in violation of the country's constitution. This can be perceived as a coup d'etat (THE PUTIN..., 2017, parte 3).

De acordo com George Friedman (2008), enquanto que na perspectiva europeia e norte-americana este episódio na Ucrânia foi visto como um triunfo da democracia e da influência ocidental, do ponto de vista da Rússia, o movimento consistiu numa intervenção da CIA nos assuntos internos da Ucrânia, com o objetivo de torná-la membro da Otan, o que se inseria no que ele chama de estratégia de “cercamento ocidental da Rússia”. Tal estratégia está relacionada ao alargamento da Otan para a antiga área de influência soviética, que pode ser compreendida como uma tentativa de controle do *rimland*.

2.5 A Guerra Russo-Georgiana de 2008

Assim como na Ucrânia, a Geórgia também havia passado por uma revolução colorida, a “Revolução das Rosas”, em 2003, a partir da qual passou a ter um governo pró-Occidente. Na cúpula de Bucareste da Otan, realizada em abril de 2008, houve uma pressão dos EUA no sentido de encaminhar a candidatura da Geórgia e da Ucrânia para fazerem parte da organização. Todavia, os países-membros recusaram esta proposta, destacando-se a França e a Alemanha, que informaram que vetariam o convite para ambos os países, posição que foi apoiada por Itália, Hungria, Bélgica, Holanda e Luxemburgo (ERLANGER & MYERS, 1998). O objetivo dos países europeus com esta recusa era manter a estabilidade nas relações com a Rússia, devido à dependência energética da Europa em relação ao gás natural russo, como veremos na seção seguinte.

Em agosto de 2008, ocorreu a *Guerra dos Cinco Dias*, entre a Rússia e a Geórgia. A guerra foi deflagrada pela Geórgia, que tinha como objetivo reaver territórios separatistas na fronteira com a Rússia, de modo a estar apta a fazer parte da Otan – uma das restrições para os países que desejam se candidatar a membro da organização é ter áreas separatistas em seu território. O exército georgiano invadiu a Ossétia do Sul – região separatista da Geórgia na fronteira com a Rússia, assim como a Abecásia, desde o fim da URSS –, na noite do dia 7 de agosto, tentando tomar controle da capital Tskhinvali. Na manhã do dia seguinte, o exército russo respondeu avançando sobre o território sul-ossetiano com infantaria e blindados em conjunto com poder aéreo. No dia 10, as forças russas já haviam estabelecido o controle sobre a Ossétia do Sul.

Em seguida, a ofensiva russa se deu em dois eixos: em direção a cidade de Gori, ao Sul do território sul-ossetiano, e através da Abecásia, outra região separatista, com o objetivo de cortar o contato de Tsibili com os portos do país. Os ataques aéreos russos atingiram as bases aéreas militares de Marneuli e Vaziani, além de desabilitarem o radar do aeroporto da capital georgiana. No dia 12, o presidente russo Dmitri Medvedev anunciou o cessar fogo e fim da operação militar russa na Geórgia. Foi assinado, posteriormente, pelos líderes de Rússia, Geórgia, Abecásia, Ossétia do Sul e França, um plano de seis pontos definindo o fim do conflito. Nesta ocasião, ficou clara a capacidade de projeção geopolítica e militar da Rússia no seu entorno, conseguindo rapidamente pôr fim ao conflito.

2.6 A questão do gás natural entre Rússia, Ucrânia, Europa e Estados Unidos

Em 2006, houve uma drástica redução no abastecimento de gás para a Ucrânia, devido a uma disputa comercial com a Rússia em relação aos preços. Além disso, havia a acusação de desvio no fornecimento de gás por parte das autoridades ucranianas. Isto pode ser interpretado como uma reação da Rússia ao governo que tomou posse por ocasião da Revolução Laranja, cujo principal objetivo era a aproximação com o Ocidente. Além de pressionar a Ucrânia, este

episódio trouxe à tona o problema da dependência energética dos Estados-membros da União Europeia, sobretudo no Leste Europeu, em relação ao fornecimento de gás russo. Os países do Leste Europeu e da Europa Central são altamente dependentes do fornecimento de gás russo, que é transportado via gasodutos que passam pelo território ucraniano (ver mapa 8, na página 64). Devido ao inverno rigoroso na maior parte destas regiões, o gás natural é um item de necessidade básica para a população. Em 2006, a União Europeia chegou a duas conclusões, de acordo com João M. Almeida:

Está dependente da energia russa, principalmente o gás; e Moscovo não hesita em usar a energia como arma política. Nada como a dependência energética simboliza tão bem a alteração no equilíbrio de poder entre a Rússia e a EU (ALMEIDA, 2008, p. 22).

Em 2009, houve outra crise relativa ao corte de fornecimento de gás proveniente da Rússia, no início de janeiro. Primeiramente, foi cortado o abastecimento da Ucrânia e mantido o da Europa, que posteriormente também foi interrompido. Países que dependiam totalmente do gás russo no Leste Europeu tiveram o fornecimento cortado.

A controvérsia estava relacionada novamente a um desacordo em relação aos preços. O motivo alegado pela Rússia foi que a Ucrânia havia roubado cerca de 50 milhões de metros cúbicos de gás russo – uma quantidade considerada pequena. Diferente da crise de 2006, quando o fornecimento de gás voltou ao normal em quatro dias, em 2009 o corte se prolongou por vinte dias, tendo um impacto muito maior e atingindo mais países da Europa. Ambos os países – Rússia e Ucrânia – trocaram acusações sobre a responsabilidade do corte do gás. A Gazprom¹¹ informou que interrompeu o abastecimento devido à Ucrânia ter fechado o sistema para recebimento do gás. A Naftogaz¹², por sua vez afirmou que fechou o sistema porque a Gazprom parou de fornecer o gás. A Naftogaz chegou a reverter a direção do fluxo dos gasodutos que

¹¹ Empresa estatal russa de petróleo e gás.

¹² Empresa estatal ucraniana de petróleo e gás.

vinham da Rússia, visando a abastecer suas regiões Sul e Leste, que demandam mais energia. Ao mesmo tempo, esta medida impedia a volta do fornecimento de gás vindo da Rússia, devido à reversão do fluxo. As partes chegaram a um acordo ao final de vinte dias, que aumentou significativamente o preço do gás para a Ucrânia e mais uma vez demonstrou a dependência energética da Europa em relação ao gás da Rússia.

Mapa 8 – Principais Gasodutos na Ucrânia



Fonte: BBC News

A Ucrânia, que também é dependente do gás russo, buscou uma alternativa a esta situação com a exploração das reservas de gás de xisto em seu território, que são a quarta maior da Europa. As empresas petrolíferas norte-americanas e europeias, como a Chevron, Exxon Mobil e Royal Dutch-Shell, manifestavam interesse na sua exploração, com objetivo de conquistar os mercados da Ucrânia e dos países do seu entorno, como a Polônia, Bulgária, França, República Tcheca, Hungria e outros. Durante a presidência de Viktor Yanukovitch (2010-2014), estas empresas assinaram acordos relativos ao investimento de bilhões de dólares no setor de petróleo e gás ucraniano. De acordo com Moniz Bandeira,

a Nadra Yuzivska, da Ucrânia, assinou com a Chevron, em 5 de novembro de 2013, um acordo de US\$ 10 bilhões, para o desenvolvimento, em 50 anos, da

produção de óleo e gás na região de Oleska, a oeste, e estava perto de alcançar outro acordo com a Exxon Mobil (XOM) e Royal Dutch-Shell (RDS.B), que deveriam investir US\$ 735 milhões na produção de gás e xisto, no sudoeste da Crimeia, na área de Skifska (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 288-289).

A presença do capital norte-americano e europeu neste setor na Ucrânia tinha como um de seus objetivos estratégicos reduzir a dependência energética da União Europeia em relação a Rússia, que por causa disso havia aumentado sua influência e projeção de poder no seu entorno.

2.7 A derrota da Revolução Laranja e a eleição de Viktor Yanukovitch em 2010

O governo de Yuschenko (2005-2010) foi marcado pelo fracasso na implantação das reformas que prometeu no sentido do livre-mercado e no combate à corrupção, que é uma das principais questões no debate político na Ucrânia. A sua principal aliada durante a Revolução Laranja, Yulia Timoshenko, ocupou o cargo de Primeira-Ministra do parlamento no início do governo e se converteu em sua adversária, tendo uma agenda própria de reformas diferente da do presidente. De acordo com Ploky (2015), a rivalidade entre Timoshenko e Yuschenko se tornou uma “novela”, causando descrédito na causa da reforma econômica e da integração com a Europa.

Além disso, Yuschenko tentou construir uma identidade nacional forte na Ucrânia baseada no episódio da Grande Fome de 1932-33 e celebrando Exército de Insurgência Ucrânio que lutou contra os soviéticos ao lado da Alemanha nazista. Além disso, Yuschenko ainda concedeu a condecoração póstuma de “Herói da Ucrânia” a Stepan Bandera, líder dos nacionalistas radicais de extrema-direita na Ucrânia e colaborador do regime nazista nos anos 1930 e 1940. A reação da população ucraniana a esta homenagem, de modo geral, foi bastante negativa. Neste sentido, Ploky afirma que

The Bandera affair provoked a strong negative reaction not only in the east and south of the country but also among the Ukrainian liberal intelligentsia in Kyiv

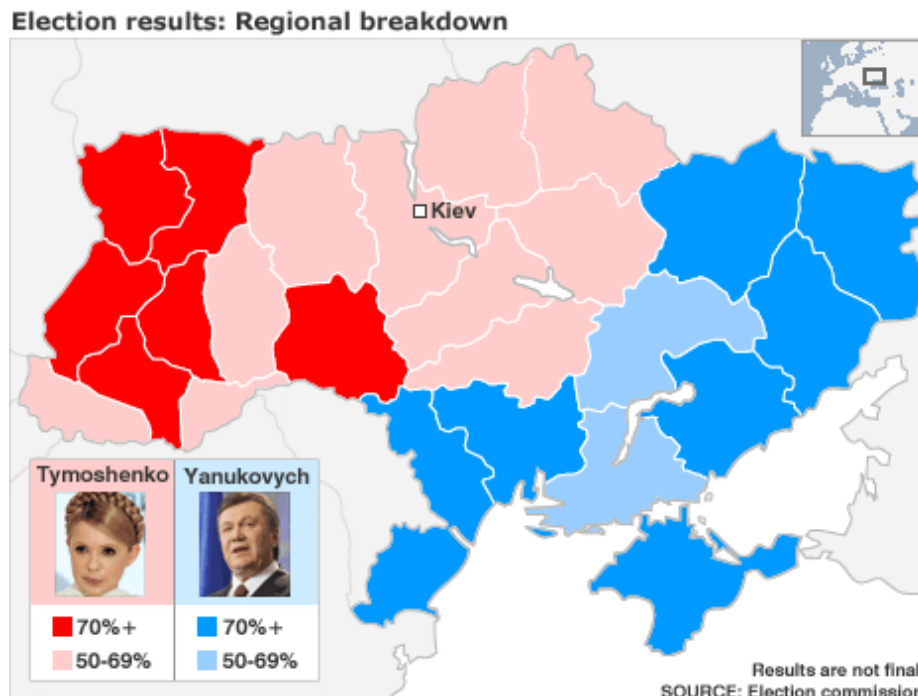
and Lviv and alienated European friends of Ukraine (PLOKHY, 2015, p. 335).

Apesar de ter sido impedido de tomar posse após ser eleito em 2004, Viktor Yanukovitch retornou à cena política ucraniana em pouco tempo, tornando-se Primeiro-Ministro do parlamento nos anos de 2006 e 2007, ainda durante o governo de Viktor Yuschenko. Em 2010, disputou novamente a eleição presidencial, desta vez contra Yulia Timoshenko, uma das líderes da Revolução Laranja. O resultado do pleito refletiu a divisão interna que existe na Ucrânia entre os russófonos, que são maioria no Leste e no Sul, e os ucranianos étnicos, que são predominantes na parte ocidental do país. Esta divisão se manifesta também na religião, onde o Catolicismo é predominante no norte e oeste enquanto o Cristianismo Ortodoxo é majoritário no sul e leste. Nestas regiões, Yanukovitch venceu com uma média de 74,3% dos votos. Nas províncias do entorno de Kiev, Timoshenko ganhou com uma média de 62,4%, enquanto que na parte mais ocidental sua média foi maior: 76,2%. No resultado final, Yanukovitch obteve 48,8% contra 45,7% de Timoshenko. No mapa 9 (p. 67) fica clara esta divisão.

A Revolução Laranja, além de ser derrotada na eleição de 2010, deixou a sociedade ucraniana polarizada politicamente entre a Rússia e o Ocidente, considerando-se neste contexto principalmente a União Europeia e os anseios de parte da população em relação à adesão da Ucrânia. Nestas circunstâncias, Yanukovitch assumiu o governo e tomou medidas de aproximação e entendimento com a Rússia. Primeiramente, assinou o acordo de Kharkov com o presidente Dimitri Medvedev, relativo principalmente ao fornecimento de gás, no qual a Ucrânia obteve um desconto de 30%. Além disso, o acordo previa cooperação nas áreas militar e tecnológica em diversos setores, como aeronáutica, energia nuclear e indústria bélica. Em contrapartida, a concessão da base naval de Sebastopol foi prorrogada até 2042, o que garantia por este período a impossibilidade de adesão da Ucrânia à Otan. A organização liderada pelos

Estados Unidos impedia que seus membros instalassem bases no território ucraniano até que chegasse ao fim o *leasing* da base de Sebastopol (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Mapa 9 – Eleição de 2010 na Ucrânia



Fonte: BBC News, 2010.

Após a celebração deste acordo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um resgate (*bailout*) de US\$ 15 bilhões para a Ucrânia, com a condição de que o país passasse por um severo ajuste fiscal, que implicaria cortes no subsídio de energia, redução programas de sociais básicos, privatização de empresas estatais, demissão de funcionários públicos e desvalorização da moeda. Este resgate já havia sido oferecido em 2010 e foi cancelado por Yanukovitch em 2011, devido à impossibilidade de atender às condições do FMI (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Estava marcada para novembro de 2013 a celebração do *European Union Association Agreement*, cuja negociação havia sido retomada ainda no governo de Yuschenko. Entretanto, em outubro, a Rússia tomou algumas medidas para pressionar a Ucrânia no sentido contrário:

aumentou as tarifas aduaneiras para os produtos da Ucrânia, reduzindo suas exportações em 25%; cobrou dívidas relativas ao fornecimento de gás natural, considerando aumentar o preço do combustível; e ameaçou restringir a entrada de ucranianos na Rússia.

Este movimento da Rússia demonstrou a dependência econômica da Ucrânia, que teria um prejuízo bilionário ao entrar na União Europeia e sofrer com as sanções russas, além de ter que aplicar o receituário de austeridade fiscal preconizado pela União Europeia para os países que desejam se tornar membros. Diante deste cenário, Yanukovitch decidiu interromper a negociação com a União Europeia, ato a partir do qual se deflagrou a crise de 2014, que será objeto do próximo capítulo.

3 A Crise da Ucrânia de 2014 e o acirramento da tensão entre a Rússia e os Estados Unidos

No fim de 2013, o governo de Yanukovitch realizou um duplo movimento que foi o estopim para os protestos que levaram ao golpe que o derrubou: a não assinatura do acordo com a União Europeia e, em seguida, a celebração de um acordo com a Rússia, no qual a Ucrânia receberia US\$ 15 bilhões em empréstimos e uma redução no preço do gás. Considerando a análise de Brzezinski(1997) sobre a importância geopolítica da Ucrânia para a Rússia, isto significava uma derrota para os interesses estratégicos dos Estados Unidos em relação à Eurásia. A partir de então, na percepção dos EUA, com Yanukovitch no poder, a Ucrânia tendia a uma aproximação maior com a Rússia. Um dos temores de Washington era que a Ucrânia aderisse à iniciativa russa da União Econômica Eurasiana, que contava com a Bielorrússia e com o Cazaquistão.

O acordo de adesão à União Europeia (UE), por sua vez, cumpriria o papel de afastar a Ucrânia da influência russa, assim como ocorreu nos países do antigo bloco socialista no Leste Europeu. Todavia, com a decisão de Yanukovitch, eclodiram protestos que assumiram um caráter violento, devido à participação de grupos paramilitares de extrema-direita e à repressão do governo, que acabaram resultando na queda do governo.

De um lado, houve interpretações positivas acerca deste movimento, como diversos dos meios de comunicação ocidentais, destacando as bandeiras pró-democracia, a defesa da adesão à União Europeia, enquanto que de outro, na cobertura da mídia russa, enfatizou-se a ideia de golpe e a participação de grupos de extrema-direita, como o *Svoboda* e o *Pravyi Sektor*. Uma expressão lançada através de uma *hashtag* na rede social *Twitter*, que foi compartilhada em massa deu o nome ao movimento: o *Euromaidan*.

3.1 O Euromaidan e a queda de Yanukovitch

Serhii Plokhy (2015) interpreta o Euromaidan¹³ como uma revolução – o historiador ucraniano cunhou o termo *Revolution of Dignity* para se referir ao evento. Para o autor, o Euromaidan é o sucessor de dois movimentos que também considera de caráter revolucionário e que teriam um sentido comum, que é a luta no sentido da democracia e da liberdade: a independência da Ucrânia da União Soviética em 1991 e a Revolução Laranja, em 2004. Simbolicamente, em ambos os episódios os movimentos populares tiveram lugar na Praça da Independência, como na crise recente. Em 2014, os protestos representaram uma reação à não assinatura do acordo com a União Europeia pelo presidente Yanukovitch, o que na visão de Plokhy frustrou as expectativas da população de um “futuro melhor europeu”. Segundo o historiador ucraniano, o que causou o recrudescimento dos protestos foi a repressão policial aos manifestantes que acamparam da praça e os confrontos que se seguiram com a morte de protestantes e policiais, que levaram o parlamento a se opor a Yanukovitch, temendo a ameaça de sanções da comunidade internacional. Desta forma, isolado e tendo contra si um movimento que reunia diversas correntes políticas além do parlamento, incluindo setores paramilitares de extrema-direita, Yanukovitch fugiu de Kiev. Foi instaurado um novo governo encabeçado pelos líderes do Euromaidan, que se saíram vitoriosos. Para o autor, este movimento também constituiu uma revolução:

Now a new revolution come to Ukraine, with hundreds of thousands of people once again pouring into the streets of downtown Kyiv in late November 2013 to demand reform, the end of government corruption, and closer ties with the European Union (PLOKHY, 2015, p. 337).

¹³ A expressão Euromaidan é um neologismo que consiste na junção do radical “euro”, referindo-se a Europa, e a palavra “maidan”, que significa praça na língua ucraniana e é uma referência direta à Praça da Independência que fica no centro de Kiev.

Plokhly estabelece uma relação entre o Euromaidan e a independência da Ucrânia em 1991, através da ideia de democracia, que teria sido conquistada pacificamente através do voto em 1991 e que teria que ser defendida também com armas:

The democracy peacefully acquired in the final days of the Soviet Union and the Independence won at the ballot box in December 1991 would now require defense not only with words and marches but also with arms (PLOKHY, 2015, p. 337).

Neste trecho, a interpretação do autor em relação à história da Ucrânia após o fim da Guerra Fria se concentra nos fatores políticos internos de modo parcial, sem levar em conta as divergências e contradições dentro da Ucrânia, nem os antagonismos geoestratégicos e pressões geopolíticas do tabuleiro europeu no pós-Guerra Fria.

Moniz Bandeira (2016), por outro lado, combina fatores internos e externos aos analisar como os Estados Unidos e a União Europeia atuaram na Ucrânia com o objetivo de provocar uma mudança de regime, principalmente por meio de ONGs que oferecem suporte logístico e financeiro à oposição para desestabilizar Yanukovitch. O objetivo era pôr em seu lugar um governo que se aproximasse da União Europeia e conseqüentemente se afastasse da Rússia. Tal objetivo se insere na estratégia geopolítica de longo prazo dos Estados Unidos em relação à Eurásia, onde a Ucrânia tem um papel crucial, como veremos à frente. Bandeira cita o economista Paul Craig Roberts, que foi secretário assistente do Tesouro no governo Reagan e afirmou que os protestos do Euromaidan na Ucrânia eram organizados pelas ONGs financiadas por Washington e pela União Europeia:

The protests in the western Ukraine are organized by the CIA, the US State Department, and by Washington – and EU – financed Non-Governmental Organizations (NGOs) that work in conjunction with the CIA and State Department. The purpose of the protests is to overturn the decision by the independent government of Ukraine not to join the EU (ROBERTS, P.C. Apud: MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 265-276)

Estas afirmações de Roberts encontram respaldo na entrevista de Victoria Nuland, secretária assistente de Estado para a Europa e Assuntos da Eurásia, ao *National Press Club* em

Washington, na qual afirma que foram investidos US\$ 5 bilhões no “desenvolvimento de instituições democráticas” na Ucrânia desde a sua independência. Isto pode ser interpretado como uma estratégia para promover a mudança de regime sem haver a necessidade de um golpe militar. Nesta entrevista, Nuland esclareceu que:

Since the declaration of Ukrainian Independence in 1991, the United States supported the Ukrainians in the development of democratic institutions and skills in promoting civil society and a good form of government – all that is necessary to achieve the objectives of Ukraine’s European. We have invested more than 5 billion dollars to help Ukraine to achieve these and other goals (NULAND, V. Apud: MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 276).

Outra fonte levantada por Moniz Bandeira foi o depoimento de Orysia Lutsevych, que trabalhou nas ONGs *Freedom House* e *Open Ukraine Foundation*, nas quais exerceu o cargo de diretora-executiva. Lutsevych fez uma crítica à atuação destas ONGs, que conseguem monopolizar o discurso da sociedade civil contra as instituições a partir de seu poder econômico e influência sobre os políticos locais. Ela afirmou que “professional leaders use access to domestic policy-makers and Western donors influence public policies, yet they are disconnected from the public at large” (LUTSEVYCH, O. Apud: MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 277).

Ademais, os protestos do Euromaidan contaram com a participação dos senadores norte-americanos John McCain e Christopher Murphy. Uma das ONGs que atuam na Ucrânia apoiando a oposição ao governo é dirigida por McCain, o *International Republican Institute* (IRI). O senador republicano é conhecido por defender as demandas da indústria armamentista e do petróleo, das quais recebia a maioria de suas doações de campanha eleitoral, incluindo a *Chevron*, que tem investimentos no setor energético da Ucrânia. Cabe ressaltar que os senadores participaram diretamente dos protestos, inclusive bradando palavras de ordem como “America will stand with Ukraine” (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 291). A participação de ambos foi uma demonstração do envolvimento norte-americano na crise.

Esta tentativa de influência por meio das ONGs que atuam na Ucrânia está relacionada à estratégia de cooptação de elites locais, conforme escreveu Brzezinski em relação ao que ele via como o novo tipo de hegemonia que representava os Estados Unidos. A análise de Moniz Bandeira também vai nesta direção:

Os objetivos geoestratégicos dos Estados Unidos, *inter alia*, consistiam, portanto, no estabelecimento de governos submissos, em Damasco e Kiev, a fim de remover as bases russas, na Síria e em Sebastopol, no Mar Negro, que se interligavam e asseguravam à Rússia o acesso às águas quentes do Mediterrâneo e ao Oceano Atlântico (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 291).

3.2 A violência durante os protestos e a atuação da extrema-direita

Um dos principais aspectos do Euromaidan foi a violência nos conflitos entre a polícia e os manifestantes. Com efeito, estes últimos contaram com a participação de grupos paramilitares de extrema-direita, o que ocasionou embates sangrentos nos quais houve muitas mortes. Em muitos casos há interpretações divergentes sobre estes episódios, nos quais um lado tenta pôr a culpa no outro. Pode-se destacar uma controvérsia em relação ao episódio dos atiradores de elite que atiraram contra a multidão e assassinaram aproximadamente cem manifestantes, no dia 20 de fevereiro de 2014. Com base na investigação do serviço de segurança ucraniano, Plokyh (2015) afirma que os atiradores eram oriundos da Rússia:

According to an investigation conducted later by the Ukrainian security service, the snipers who opened fire on the Maidan and killed dozens of people on both sides of the divide, leading eventually to the ouster of President Yanukovich, came from Russia (PLOKHY, 2015, p. 340).

Moniz Bandeira, por sua vez, indica a possibilidade dos atiradores terem vindo de algum país báltico e de serem ligados aos grupos paramilitares do *Pravyi Sektor*. Sua análise não é conclusiva: ele afirma que os atiradores eram “provavelmente oriundos de algum país do Báltico e/ou do batalhão Dnipro, formado pelos paramilitares do Setor de Direita” (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 295). Porém, Moniz Bandeira sustenta sua hipótese “provável” com base na análise de Ivan Katchanovski, pesquisador da Universidade de Ottawa, que defende que

houve deturpação e manipulação em relação à morte de manifestantes e policiais, de modo a responsabilizar o governo de Yanukovitch pelas mortes e legitimar sua queda, dando lugar a um novo governo. Entretanto, é difícil concluir a origem e a que grupo pertenciam os atiradores, uma vez que Plokhy se baseia na investigação no mínimo suspeita do serviço de segurança ucraniano sob o novo governo e a hipótese de Bandeira não é conclusiva.

Plokhy(2015) reduz a um papel menor a participação de grupos de extrema-direita na derrubada de Yanukovitch. Todavia, há muitos registros da participação destes grupos no Euromaidan, destacando-se a atuação no golpe que derrubou Yanukovitch, além de suas lideranças terem assumidos postos chave no novo governo instaurado. A participação de tais grupos contradiz a análise de Plokhy sobre o caráter democrático do movimento de 2014. A estratégia utilizada inicialmente foi a tomada de prédios públicos, como o dos correios e do Comitê do Estado para Rádio e Televisão. As organizações de extrema direita consistiam em vários grupos: os *storm troopers*, que utilizavam fardas da SS Galitzia – divisão ucraniana aliada dos nazistas na 2ª Guerra, os ultranacionalistas do Svoboda, do Pravyi Sektor, o batalhão de Azov e os Patriotas da Ucrânia. Na noite do dia 21 de fevereiro, estes grupos se reuniram e tomaram controle do Conselho Supremo da Ucrânia (*Verkhovna Rada*). Yanukovitch reagiu escapando de Kiev e denunciando que havia sofrido um golpe de Estado. A esta altura, até parte do Partido das Regiões havia sido cooptada e colaborava com os oligarcas que lideravam o Euromaidan (MONIZ BANDEIRA, 2016).

O novo governo foi definido sob a influência dos Estados Unidos, conforme indica a gravação de Victoria Nuland que foi vazada e divulgada pela *BBC news*. O principal candidato da oposição era o boxeador campeão dos pesos pesados Vitali Klitschko, que era apoiado por Angela Merkel, porém Nuland o considerava sem experiência para o cargo. Outro candidato rejeitado era o líder do Svoboda, Oleh Tyahnybok. O nome escolhido para encabeçar o novo governo foi o do banqueiro Arseniy Yatsenyuk, que era considerado como tendo experiência

de governo e na área econômica. No áudio supracitado, Nuland se refere tanto a Yatsenyuk quanto a Klitschko no diminutivo: “I think Yats is the guy who’s got the experience, the governing experience. He’s the... what he needs is Klitsch and Tyahnybok on the outside” (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 292). Yatsenyuk era presidente da *Open Ukraine Foundation*, ONG que era associada à *Chatam House*, ao Centro de Documentação da Otan e ao banco suíço *Horizon Capital*. Com a queda de Yanukovitch, Yatsenyuk foi designado Primeiro-Ministro e formou um novo governo, colocando políticos nacionalistas e de extrema-direita em postos chave. O Ministério da Defesa, por exemplo, ficou a cargo de Ihor Tenyukh, dirigente do Svoboda, enquanto que Dmytro Yarosh, fundador do Pravyi Sektor, assumiu a vice-presidência do Conselho de Defesa e Segurança Nacional. Além disso, as oligarquias que haviam apoiado a Revolução Laranja também assumiram papel de destaque no novo governo, cabendo a Olexander Turchynov, aliado de Yulia Timoshenko, a presidência interina da Ucrânia.

O novo governo tomou inicialmente duas medidas que acirraram a tensão com a Rússia: em 21 de março de 2014, foi firmado o *Association Agreement* com a União Europeia; e, dois dias depois, a língua russa foi banida como segundo idioma oficial da Ucrânia, o que causou revolta na população de origem russa, considerando que dois terços dos ucranianos têm o russo como língua materna.

3.3 A questão da Crimeia: a reação da Rússia

Em contraposição à mudança de governo na Ucrânia apoiada por Estados Unidos e Europa e ao caráter “anti-russo” do novo governo – como se pôde observar na medida de banimento da língua russa –, a Rússia tomou providências em relação à estratégica península da Crimeia no Mar Negro. A maioria da população da Crimeia é de origem russa, tem o russo como língua materna e votou majoritariamente em Yanukovitch nas eleições de 2010 (78%). Desta forma, a população da Crimeia, em geral, se opunha ao novo governo em Kiev. Para a Rússia, a península tem um papel crucial devido à base naval russa de Sebastopol e à sua

posição no Mar Negro, que permitia o acesso ao Mediterrâneo e ao Atlântico. Durante os protestos contra Yanukovitch, a Rússia realizou uma pesquisa de opinião secreta, cujo resultado foi que 80% da população eram a favor de se unir à Federação Russa. O presidente Vladimir Putin, em relação à questão da Crimeia, afirmou que

a situação estava de tal maneira que nós somos forçados a começar os preparativos para reunificar a Crimeia, porque não podemos deixar esse território e o povo, que ali vive, à mercê do destino; não podemos lança-los debaixo dos tratores dos nacionalistas. (PUTIN, V. apud: MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 305-306)

O governo russo usou um dos argumentos que os Estados Unidos vinham utilizando para fundamentar suas intervenções após o fim da Guerra Fria, como no caso da Bósnia: a defesa das minorias étnicas. Em relação à etnia russa, Vladimir Putin afirmou que o fim da União Soviética foi a maior catástrofe geopolítica do século XX, pois uma grande quantidade de russos que viviam nas demais repúblicas soviéticas se tornaram minorias étnicas nestes países após suas independências (MONIZ BANDEIRA, 2016). Este foi o mesmo argumento utilizado na Guerra dos Cinco Dias contra a Geórgia, ou seja, as Forças Armadas da Rússia agiram em defesa das minorias russas na Ossétia do Sul e na Abecásia, contribuindo para manter a autonomia destas regiões em reação ao governo central, em Tsibili. A Crimeia, por sua vez, foi reintegrada à Federação Russa. Foi realizado um plebiscito, no qual 80% da população votaram e o resultado foi 96,8% a favor da reunificação. O parlamento russo aprovou a reintegração do seu território à Federação Russa e, embora nem Kiev nem as autoridades europeias e norte-americanas tivessem reconhecido a legitimidade do ato, tendo aplicado sanções econômicas à Rússia, a decisão se manteve e a Crimeia voltou a ser parte do território da Rússia.

Para além do princípio de autodeterminação dos povos, expresso no referendo da Crimeia, o principal argumento da Rússia para legitimar a reincorporação da península foi o precedente de Kosovo. Em 17 de fevereiro de 2008, os Estados Unidos e as potências europeias

sustentaram sua declaração unilateral de independência, mesmo não havendo plebiscito. As fronteiras da Sérvia foram alteradas por força das armas, uma vez que a Otan realizou intervenção militar e bombardeios que duraram 75 dias, destruindo a maior parte da infraestrutura do país. Tal ato constituiu grave violação da lei internacional, pois não respeitou o princípio de soberania nacional definido nos Acordos de Helsinki, de 1975. Em 2010, a Corte Internacional de Justiça decidiu que não houve violação da lei internacional e da Resolução 1.244, de 1999, que instituiu em Kosovo um regime administrativo provisório regulado pelas Nações Unidas (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Para Ploky (2015), o que ocorreu na Crimeia foi uma anexação que constituiu violação da soberania da Ucrânia. Em fevereiro de 2014, a ideia de se aproveitar da crise interna ucraniana para anexar a península teria ganhado força no governo russo. O autor menciona a atuação dos soldados sem identificação nos uniformes, que tomaram controle do parlamento e empossaram um novo governante local de um partido pró-Rússia. O novo governo organizou o referendo que deu larga vitória para a reintegração à Rússia, cuja validade é questionada por Ploky. Para o autor, o novo governo influenciou no resultado:

The new government of Crimea cut off Ukrainian television channels, prevented the delivery of Ukrainian newspapers to subscribers, and unleashed propaganda for the separation of the Crimea from Ukraine. Opponents of the referendum, many of them belonging to the Crimean Tatar minority, were intimidated or kidnapped (PLOKHY, 2015, p. 341).

As autoridades da Crimeia que realizaram o referendo declararam que houve participação no pleito de 83% da população. Ploky contesta este dado, citando os números fornecidos pelo Conselho de Direitos Humanos ligado ao presidente russo, que contabilizaram menos de 40% de votantes. O próprio autor, entretanto, afirma no fim do trecho citado acima que era uma minoria que se opunha ao referendo, que são os tártaros da Crimeia¹⁴. A Rússia

¹⁴ Os tártaros da Crimeia são 12% da população (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 308).

sugeriu então que a Ucrânia adotasse o federalismo, no qual cada região teria poder de veto sobre a assinatura de acordos internacionais. A Ucrânia, embora não tenha reconhecido a legitimidade do referendo, não teve condições de reagir, tamanha é a disparidade militar entre o exército ucraniano e o russo:

The Ukrainian army, underfunded for decades and with no experience of warfare, was no match for the Russia's Federation well-trained and equipped troops, who had fought a prolonged war in Chechnia and mounted the Russian invasion of Georgia in 2008 (PLOKHY, 2015, p. 341).

Os Estados Unidos criticaram fortemente a atitude da Rússia de reincorporar a Crimeia a seu território. De modo a pressionar o governo russo no sentido contrário, decretaram sanções contra a Rússia, como o congelamento de recursos financeiros e proibição de vistos, para causar prejuízos econômicos a empresas e pessoas ligadas ao governo russo. Todavia, tais medidas não foram suficientes para reverter a situação na península.

3.4 O conflito em Donbass: guerra por procuração entre EUA e Rússia

Após a reintegração da Crimeia ao território russo, as províncias do Leste, Sudeste e Sul da Ucrânia tentaram seguir seu exemplo. A população destas regiões se insurgiu contra o novo governo instaurado em Kiev, não reconhecendo a legitimidade no gabinete liderado por Arsenyi Yatsenyuk, que contava com a participação de políticos de extrema-direita do Svoboda e do Pravyi Sektor. De acordo com Moniz Bandeira,

o levante logo se espalhou às demais províncias da Novorossiia, em Donbass, sobretudo Donetsk, Kharkov (Kharkiv) e Luhansk, onde a população se sublevou, em Slaviansk, Mariupol, Yenakiyevo, Kramatorsk, Zaporizhyya, Makiyivka e outras cidades, cerca de 32, a demandar referendos sobre o *status* de autonomia da região, federalização da Ucrânia, maior integração com a Rússia e renúncia das autoridades de Kiev (...) (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 324).

A região leste da Ucrânia pertencia à Rússia até a formação da União Soviética. Durante a Primeira Guerra Mundial, após quase um ano de guerra no território ucraniano, o Exército Vermelho, comandado pelo general Tukhachevsky, conseguiu derrotar os nacionalistas e

conquistou Kiev, que estava dominada por tropas polonesas. O ditador polonês Pilsudsky, ao assinar o Tratado de Riga em 1921, reconheceu a soberania russa sobre a Ucrânia e a Bielorrússia, pondo fim à guerra. Em dezembro do ano seguinte, a Ucrânia participou da fundação da URSS, ao lado da Rússia, Bielorrússia e Transcaucásia, quando a região da Novorossiia, onde se situa a região de Donbass, foi cedida à Ucrânia.

O conflito atual se concentrou nesta região que antes pertencera à Rússia, principalmente nas províncias de Donetsk e Lugansk (ver mapa 10, p. 81). Nelas se encontravam a maior concentração industrial do país, onde havia as usinas de aço e reservas de carvão, onde a maioria dos trabalhadores era de origem russa. Além disso, esta região era ligada à Rússia por interesses econômicos, pois esta constituía o seu maior mercado. Entre os anos de 2012 e 2013, aproximadamente 26% das exportações destas províncias foram destinadas à Rússia e 32% de suas importações eram provenientes deste país, o que representava mais do que qualquer outro país. A indústria espacial e de defesa em Donbass eram dependentes do fornecimento para a Rússia, uma vez que seus equipamentos haviam sido projetados especialmente em compatibilidade com os armamentos russos, como tanques, mísseis balísticos, helicópteros e outros materiais bélicos. A produção desta região representava um terço da economia ucraniana. O levante popular se opunha à direção do novo governo no sentido de um afastamento da Rússia, considerando que seria difícil encontrar países que comprassem seus armamentos e apetrechos bélicos que eram fabricados para atender os padrões russos. De acordo com Plokhy, a região de Donbass guardava uma identidade com o passado soviético:

Part of the rust belt of the Soviet Union and then of Ukraine, it had received huge subsidies from center to support the dying coal-mining industry. Donetsk, the main regional center, was only major Ukrainian city where ethnic Russians constituted a plurality – 48 percent of the population. Many citizens of the Donbas were attached to Soviet ideology and symbols, with monuments to Lenin (largely demolished in central Ukraine in the course of the Revolution of Dignity) emblemizing the region's Soviet identity (PLOKHY, 2015, p. 342).

Os insurgentes tomaram controle de quartéis militares da Guarda Nacional e armamentos, bem como o quartel-general do Serviço Secreto ucraniano na região. Após isto, convocaram uma sessão do Conselho Regional de Donbass, na qual foi votada a declaração de independência de modo unânime, onde se autoproclamou primeiramente a República Popular de Donetsk. Posteriormente, do mesmo modo, foi instituída a República Popular de Lugansk. Em ambos os casos, foi realizado referendo, no qual houve aprovação massiva da população, sendo favoráveis 89% em Donetsk e 96% em Lugansk à autodeterminação e independência em relação à Ucrânia. Assim como no caso da Crimeia, as autoridades constituídas nas duas novas repúblicas autônomas reivindicaram a adesão à Federação Russa. Entretanto, o governo de Vladimir Putin, mesmo oferecendo suporte militar aos rebeldes, visou a manter a estabilidade com os Estados Unidos e União Europeia e não reconheceu oficialmente a independência de Donetsk e Lugansk. De acordo com Moniz Bandeira, o governo russo

Não fechou o espaço para negociação, mas não abandonou os insurgentes à repressão de Kiev e sempre defendeu, como princípio e condição fundamental para a solução da crise, a federalização e a autonomia das províncias de Donbass (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 326).

O governo de Kiev classificou os insurgentes de Donbass como “terroristas”, deflagrando uma operação militar para retomar o controle da região. Foram enviados à região o exército ucraniano, a Guarda Nacional, aliado aos grupos paramilitares do Pravyi Sektor e ao Serviço Secreto da Ucrânia. A Otan declarou publicamente apoio ao governo de Kiev, enviando 4.000 soldados para a Ucrânia, além de equipamentos para treinamento e apoio logístico. Por outro lado, a Rússia também enviou tropas para combater em Donbass ao lado dos insurgentes de Donetsk e Lugansk (PLOKHY, 2015, p. 344). De acordo com Moniz Bandeira, não haveria um conflito direto entre as forças da Otan e da Rússia, mas “o conflito em Donbass configurava nítida *proxy war*, i.e., guerra por procuração, entre os Estados Unidos e a Rússia” (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 328).

Mapa 10 – A Região de Donbass (Donetsk e Lugansk)



Fonte: THE PUTIN INTERVIEWS, 2017, parte 3.

Um episódio que acirrou a crise na Ucrânia e as tensões entre Estados Unidos e Rússia foi a queda do Boeing 777-2H6ER, da Malaysian Airlines, na região de Donetsk. A aeronave saía de Amsterdã em direção à Kuala Lumpur e sua queda resultou na morte de 298 passageiros e 15 tripulantes, além da controvérsia sobre o que teria causado a tragédia. Do lado dos Estados Unidos, Europa e Ucrânia, houve a acusação de que teriam sido as milícias insurgentes de Donetsk ou a própria Rússia os responsáveis pela queda. Neste sentido, de acordo com Plokhly (2015), o ocorrido teria sido resultado do fornecimento de mísseis antiaéreos da Rússia para os insurgentes em Donetsk, em resposta ao avanço das tropas de Kiev sobre Donbass:

In a desperate attempt to stop the Ukrainian advance, Russia began to supply the insurgents with new armaments, including anti-aircraft missiles. According to Ukrainian and American officials, one such missile shot down a Malaysian Airlines Boeing 777 (...) The tragedy of the Malaysian airliner mobilized Western leaders in support of Ukraine, leading them to impose economic sanctions on

Russian officials and businesses directly responsible for the aggression (PLOKHY, 2015, p. 344).

Há, entretanto, análises que apontam na direção contrária, do lado da Rússia. Os especialistas da empresa estatal russa Almaz-Antey, que fabrica dispositivos antiaéreos, informaram à imprensa que após o exame dos destroços do foguete que abateu a aeronave, chegaram à conclusão que se tratava de um BUK 9M38M1 terra-ar, carregado com a ogiva 9H314M, que estão fora de produção desde 1999 e não são mais utilizados pelas forças russas, cujo sistema de ogivas aplicado ao BUK foi atualizado para uma nova versão, a 9M317M. A União Russa de Engenheiros, por sua vez, ao analisar a fuselagem do avião, concluiu a partir da tipologia das perfurações, que provavelmente se tratava de um míssil ar-ar disparado por um jato Su-25 ou MiG-29. De acordo com Moniz Bandeira, não seria possível para as forças de Donetsk abater um avião nas condições que se deram:

As milícias de autodefesa de Donetsk chegaram a derrubar 16 ou 17 aviões de combate, que as atacavam, a baixa altitude, sendo alguns de transporte militar. Também derrubaram seis helicópteros e destruíram aeronaves nos aeroportos. Contudo, não possuíam força aérea nem artilharia capaz de atingir um aparelho a uma altitude de 10,100 metros (acima de 10 km, cerca de 33.000 pés de altura), a uma velocidade de 905 m/h. Também não dispunham de radar para localização (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 344-345).

Os Estados Unidos e a União Europeia estabeleceram mais sanções econômicas contra a Rússia, julgando-a responsável pela queda do avião. Decretaram sanções contra pessoas ligadas ao presidente da Rússia, embargo de armas, restrições de acesso ao mercado de capitais, tecnologias sensíveis, etc. Contudo, as sanções não foram suficientes para pressionar a Rússia em relação à investigação da queda do Boeing 777, nem em relação ao conflito em Donbass e a reintegração da Crimeia.

3.5 A Rússia como ameaça externa aos Estados Unidos

Após o fim da Guerra Fria, as relações entre Estados Unidos, Rússia e Europa mudaram bastante em relação ao período anterior. Tais mudanças estão relacionadas principalmente ao

fim da URSS e às transformações pelas quais passou a Rússia nos anos 1990. De acordo com Mazat e Serrano (2012), pode-se observar na política externa russa após a Guerra Fria duas fases: a primeira, nos anos 1990, de “cooperação” com os Estados Unidos; e a segunda, nos anos 2000, de tentativa de consolidar sua posição como potência regional. A primeira fase coincide com a presidência de Boris Yeltsin, quando o país passava por severa crise econômica decorrente da transição para a economia de mercado e adotou uma política de “cooperação” com os Estados Unidos. Para os autores,

Esta tentativa de aproximação do Ocidente foi usada pelos Estados Unidos para enfraquecer sistematicamente o poder do Estado russo. A Europa, como aliada subordinada dos norte-americanos, também participou deste processo, que lhe permitia reduzir o perigo potencial que poderia representar a Rússia para sua segurança (MAZAT; SERRANO, 2012, p. 9-10).

Com a ascensão de Vladimir Putin ao poder na Rússia e a recuperação da economia que ocorreu em sequência, foi abandonada a política externa de “cooperação” e tentou-se consolidar a condição de potência regional, o que levou a um cenário de retorno das tensões na relação com os Estados Unidos, que desde o fim da Guerra Fria vinha mantendo uma estratégia de tentar enfraquecer o poder do Estado russo. No pós-Guerra Fria, dada a assimetria de poder dos Estados Unidos em relação aos demais países, eles priorizaram a estratégia de enfraquecer países que aspirassem à condição de potências regionais – principalmente aqueles que possuem arsenal nuclear, mas não só eles – e de garantir controle do acesso às reservas mundiais de recursos energéticos. Além do seu próprio abastecimento, os EUA tinham como objetivo

a manutenção da capacidade de vetar, se e quando necessário, o abastecimento dos outros países importantes, sejam estes “aliados” ou rivais. (...) os Estados Unidos praticamente não importam gás natural da Rússia e/ou da Eurásia, o que tornaria difícil entender o interesse americano na região, se o objetivo fosse apenas a segurança energética da economia americana (MAZAT; SERRANO, 2012, p. 11-12).

Ao mesmo tempo em que estava em prática a estratégia de enfraquecimento da Rússia após o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos mantinham um discurso de “cooperação” e

“parceria” com a Rússia. Isto pode ser observado nos documentos oficiais de estratégia dos EUA. Na presidência de Bill Clinton foi publicado em 1994 o documento *A National Security Strategy of Engagement and Enlargement*, no qual se abordava a parceria entre a Rússia e a Otan:

With the adoption of the U.S. initiative, Partnership for Peace, at the January 1994 summit, NATO is playing an increasingly important role in our strategy of European integration, extending the scope of our security cooperation to the new democracies of Europe. Twenty-one nations, including Russia, have already joined the partnership, which will pave the way for a growing program of military cooperation and political consultation (NSSEE, 1994, p. 22).

Nos anos 1990, Yeltsin defendeu a ideia de uma “integração virtuosa” da Rússia com o Ocidente. Ele afirmava que os Estados Unidos e outros países ocidentais eram considerados parceiros e aliados da Rússia, que compartilharia dos valores ocidentais de primazia dos direitos humanos, liberdade, estado de direito e alta moralidade (MAZAT; SERRANO, 2012, p. 14). Os protestos dos diplomatas russos contra a expansão da Otan surtiram nulo efeito, o que não impediu o governo russo de se manter otimista nas relações com o Ocidente, pelo menos até 1996. Neste ano foi nomeado como ministro das Relações Exteriores Yevgueny Primakov, que defendia a retomada da influência no antigo território da URSS e a afirmação dos interesses nacionais russos. Primakov, contudo, não conseguiu determinar uma mudança na relação diplomática com os EUA, dada a difícil situação geopolítica da Rússia. Mesmo se opondo à ideia, Primakov assinou, em 1997, o *Ato Fundador sobre as Relações, a Colaboração e a Segurança Mútua entre a Rússia e a OTAN*. Neste documento, estava escrito que a Rússia e a Otan não se consideravam mais inimigos e que estabeleciam o compromisso de construir uma paz duradoura na região euro-atlântica, por meio de uma forte parceria. Na prática, este ato significava a aceitação por parte da Rússia que a Otan se expandisse para a antiga área de influência soviética, como a Polônia, Hungria e República Tcheca (MAZAT; SERRANO, 2012, p. 15). No mesmo ano, os EUA publicaram *A National Security Strategy For A New*

Century, novamente reforçando no campo do discurso o objetivo de uma “parceria” com Rússia através da Otan:

We aim to build a strong NATO-Russia partnership that provides for consultation and, when possible, joint action on common security challenges and contributes to a democratic Russia’s active participation in the post-Cold War European security system. We will strengthen the Partnership for Peace Program and create an enhanced NATO-Ukraine relationship (NSSNC, 1997, p. 3).

A ênfase do programa *Partnership for Peace* foi dada aos países do antigo bloco socialista, cuja maioria foi efetivada como membro da Otan posteriormente. No *National Security Strategy* de 2002, durante a presidência de George W. Bush, observa-se a seguinte interpretação da relação entre Rússia e EUA no século XXI:

With Russia, we are already building a new strategic relationship based on a central reality of the twenty-first century: the United States and Russia are no longer strategic adversaries. The Moscow Treaty on Strategic Reductions is emblematic of this new reality and reflects a critical change in Russian thinking that promises to lead to productive, long-term relations with the Euro-Atlantic community and the United States (NSS, 2002, p. 26).

Esta perspectiva de parceria presente no discurso oficial norte-americano ao mesmo tempo em que opera uma política externa com objetivo de enfraquecer a Rússia se manteve até mesmo na publicação do *National Security Strategy* de 2010, após ter ocorrido a guerra entre Geórgia e Rússia em 2008, na qual a Rússia foi bastante criticada pelos Estados Unidos. Neste documento, os EUA classificam a Rússia como um dos centros de influência chave no cenário internacional, junto com a China e a Índia. Ao mesmo tempo em que afirmam buscar a construção da parceria com a Rússia, destacam que esta deveria respeitar as leis internacionais e a soberania de seus vizinhos, o que pode ser interpretado como uma alusão crítica à questão da Geórgia:

We support efforts within Russia to promote the rule of law, accountable government, and universal values. While actively seeking Russia’s cooperation to act as a responsible partner in Europe and Asia, we will support the sovereignty and territorial integrity of Russia’s neighbors (NSS, 2010, p. 44).

Após a crise da Ucrânia em 2014, todavia, a Rússia passou a não ser mais mencionada como “parceira”, quando observamos o *National Military Strategy* publicado em 2015. A ênfase dada foi na “agressão russa” na Ucrânia e nas sanções aplicadas à Rússia no sentido de conter novas possíveis novas agressões no futuro. Diferente dos documentos anteriores, neste os EUA adotaram um discurso claramente crítico à Rússia. No documento *National Military Strategy* publicado no mesmo ano, a Rússia é definida como um dos Estados que representam uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, juntamente com o Irã, a Coreia do Norte e a China. Considerando o trecho abaixo, pode-se observar claramente uma inflexão no campo do discurso oficial dos EUA em relação à Rússia após a crise da Ucrânia:

While Russia has contributed in select security areas, such as counternarcotics and counterterrorism, it also demonstrated that it does not respect the sovereignty of its neighbors and it is willing to use force to achieve its goals. Russia’s military actions are undermining regional security directly and through proxy forces. These actions violate numerous agreements that Russia has signed (...). (NMS, 2015, p. 2)

Os EUA mantiveram uma estratégia de enfraquecimento da Rússia no pós-Guerra Fria, se aproveitando da crença da classe dirigente russa dos anos 1990 na “integração virtuosa” com os Estados Unidos e Ocidente. Mesmo com a mudança na política externa russa a partir da chegada de Putin ao poder, os EUA mantiveram seu discurso de “cooperação” ao mesmo tempo em que tentavam minar a Rússia geopoliticamente, como conseguiram fazer nos anos 1990. Entretanto, a partir dos anos 2000 a Rússia demonstrou capacidade de contrariar os interesses norte-americanos ao projetar poder no seu entorno em resposta à política de expansão da Otan, como na Geórgia em 2008, o que gerou tensões com os Estados Unidos. Na crise da Ucrânia, essas tensões atingiram o ápice, que levaram os EUA a abandonarem o discurso de “parceria” e “cooperação” e criticarem abertamente a política externa da Rússia, definindo-a como um Estado que deseja revisar aspectos chave da ordem internacional e cuja ação no cenário externo ameaça os interesses nacionais dos EUA.

Na perspectiva da Rússia, há uma necessidade por parte dos Estados Unidos de se definir uma ameaça externa para justificar a existência da Otan após o fim da Guerra Fria, uma vez que o Pacto de Varsóvia, aliança militar do bloco socialista, deixou de existir com o fim da URSS:

NATO was set up during the period when there was a confrontation between two Blocs, the Eastern and Western Blocs. Between these two so-called camps. Now the Warsaw Treaty has faded away, there is no longer an Eastern Bloc, no more Soviet Union. Therefore, why does NATO keep existing? My impression is that in order to justify its existence, NATO has a need of an external foe, there is a constant search for the foe, or some acts of provocation to name someone as an adversary. (THE PUTIN..., 2017, parte 1).

Além disso, a busca de um inimigo que justifique a existência da OTAN está relacionada à proposta de mundo unipolar liderado pelos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria, por meio da qual se observa a imposição por parte dos EUA de sua política, cultura e economia a outros países. Na visão do presidente russo Vladimir Putin, expressada na Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro de 2007, tal unipolaridade seria perniciosa para o sistema internacional:

The unipolar world that had been proposed after the Cold War did not take place either. However, what is a unipolar world? However one might embellish this term, at the end of the day it refers to one type of situation, namely one center of authority, one center of force, one center of decision making. It is a world in which there is one master, one sovereign, and at the end of the day this is pernicious not only for those within the system, but also for the sovereign itself because it destroys itself from within. One state and, of course, first and foremost the United States, has overstepped its national borders in every way. This is visible in the economic, political, cultural and educational policies it imposes on other nations (THE PUTIN..., 2017, parte 1).

Putin critica a proposta de um mundo unipolar e defende o que ele chama de uma mudança de paradigma e uma nova filosofia para as relações entre os países, que incluiria o respeito à soberania e aos interesses dos demais países. Para o presidente russo, os Estados Unidos tentam intimidar outros países utilizando a imagem de uma ameaça externa que só poderia ser contida com a ajuda norte-americana (THE PUTIN..., 2017, parte 3).

3.6 Antagonismo Geoestratégico

Porque a Rússia é percebida pelos Estados Unidos como uma “ameaça a sua segurança nacional” e, mesmo saindo vitoriosos da Guerra Fria os EUA seguiram expandindo o seu poder e tentando reduzir o poder da Rússia, mesmo estando bastante enfraquecida com o fim da URSS? Para compreender melhor esta questão, é fundamental que se observem os fatores geopolíticos e o antagonismo geoestratégico entre os Estados Unidos e a Rússia, em relação ao qual a Ucrânia é um dos territórios chave. A Ucrânia, historicamente disputada por outras potências, voltou a ser objeto de disputas e pressões após o fim da Guerra Fria: primeiramente, devido ao seu arsenal nuclear herdado da URSS, mas principalmente devido a sua posição estratégica em relação à Rússia. O acesso ao Mar Negro e a região industrializada do leste ucraniano – Donbass –, ligada economicamente e historicamente à Rússia, configuram interesses estratégicos para Moscou. O território ucraniano é importante para a defesa da Rússia, devido às suas características geográficas. O acesso ao Mar Negro é um ponto estratégico para a Rússia para ter acesso as águas quentes. As regiões sul e sudeste da Ucrânia se caracterizam pelas estepes, que consistem em longas planícies com vegetação rasteira e pouca presença de árvores, o que favorece a invasão por forças militares terrestres. Historicamente, a Rússia se expandiu para o seu entorno devido a este fator de vulnerabilidade geográfica, que permeia grande parte de seu território – as estepes eurásianas se estendem desde a Ucrânia até a Sibéria. Neste sentido, a Ucrânia funciona como uma zona-tampão para a Rússia, devido à ausência de obstáculos geográficos naturais nesta parte da sua fronteira. Além disso, a ligação entre a Rússia e a Ucrânia em vários aspectos é muito próxima:

We have thousands of ties to Ukraine. I am convinced that we are not simply related to the Ukrainian people, we are almost the same. Their language, culture, and history must be respected, and even when we were the same country we respected their differences. Suffice it to say that for many years the leaders of the Soviet Union were of Ukrainian descent (PUTIN, V. apud. THE PUTIN..., 2017, parte 3).

Por outro lado, a partir da análise de Brzezinski (1997), pode-se compreender a estratégia norte-americana de primazia global no pós-Guerra Fria, que inclui a expansão de suas áreas de influência – por meio da OTAN e da União Europeia – para o entorno da Rússia, visando enfraquecê-la e reduzi-la à uma potência regional de menor alcance. Desta forma, afastar a Ucrânia da influência russa tem como objetivo diminuir significativamente sua projeção de poder na Europa, de modo que sua influência geopolítica se confine somente ao continente asiático. A análise de Brzezinski se fundamenta na teoria do *heartland* de Mackinder, segundo a qual a potência da área pivot – a Rússia –, ao se expandir para o seu entorno, teria a possibilidade de se tornar uma potência de alcance global. Ao mesmo tempo, esta perspectiva dialoga com a teoria do *rimland* de Spykman, na qual o controle do entorno da Rússia – onde se insere a Ucrânia – é mais importante para se alcançar a hegemonia mundial do que a conquista do *heartland*. Em relação à Ucrânia especificamente, a percepção de Putin é a de que os Estados Unidos tentam evitar ao máximo uma reaproximação entre a Rússia e a Ucrânia:

The philosophy of American foreign policy in this region consists in preventing, by all means necessary, Ukraine's rapprochement with Russia. Because this rapprochement is perceived as a threat. Some people think that would lead to an increase in Russia's power and influence and they think they should use all means possible to prevent a rapprochement between Ukraine and Russia (THE PUTIN..., 2017, parte 2).

Na crise da Ucrânia os fatores políticos, sociais e culturais internos se articularam com o antagonismo entre Rússia e os Estados Unidos, no âmbito externo. Na linha da teoria do *heartland* de Mackinder, Brzezinski afirmou que a primazia global norte-americana seria diretamente dependente da capacidade de sustentar sua proeminência na região eurásiana. No pós-Guerra Fria, novas maneiras de projetar poder foram postas em prática pelas grandes potências. Neste sentido, Brzezinski destacava que o poder americano representava um novo tipo de hegemonia que, muito mais do que outros impérios, enfatizava a técnica de cooptação

de elites estrangeiras em favor de seus interesses estratégicos. Isso seria facilitado pela suposta liderança norte-americana no campo cultural, a partir da qual suas instituições políticas e econômicas passariam a ser emuladas por outros países, incluindo os antigos adversários da Guerra Fria. Neste sentido, Brzezinski afirma que

As the imitation of American ways gradually pervades the world, it creates a more congenial setting for the exercise of the indirect and seemingly consensual American hegemony. And as in the case of the domestic American system, that hegemony involves a complex structure of interlocking institutions and procedures, designed to generate consensus and obscure asymmetries in power and influence (BRZEZINSKI, 1997, p. 27).

Conforme vimos anteriormente, na Ucrânia houve uma mudança de regime com forte apoio externo dos EUA, que se deu por meio de apoio financeiro e de ONGs e outras instituições dando suporte logístico internamente ao grupo político ucraniano que apoiava uma política de aproximação com o Ocidente, neste caso específico, através da assinatura de acordo com a União Europeia, porém, em ocasiões anteriores, por meio de parcerias com a Otan. Na perspectiva russa, a Otan funciona como um instrumento da política americana:

Nowadays, NATO is a mere instrument of foreign policy of the US. It has no allies, it has only vassals. Once a country becomes a NATO member, it is hard to resist the pressures of the US. And all of a sudden any weapon system can be placed in this country. An anti-ballistic missile system, new military bases and if needed be, new offensive systems. And what are we supposed to do? In this case we have to take countermeasures (THE PUTIN..., 2017, parte 3).

Ao contrário da análise de Brzezinski, que previa um exercício da hegemonia americana de forma aparentemente consensual, a Ucrânia entrou em crise devido a suas divisões internas e à oposição da Rússia no âmbito internacional. Não houve um apoio monolítico da população ucraniana ao movimento que derrubou Yanukovitch e defendia a integração com a União Europeia em detrimento das relações com a Rússia. Esta, por sua vez, denunciou a atuação de Washington na política interna ucraniana e reagiu reintegrando a Crimeia a seu território e fornecendo apoio às províncias de Donetsk e Lugansk, que tentaram se separar da Ucrânia e estão até hoje em guerra com as forças de Kiev. O exercício hegemônico de expansão do poder

dos EUA na Ucrânia, visando afastá-la da influência russa, causou instabilidade na região, o que remete à teoria de José Luís Fiori sobre a hegemonia no sistema interestatal. Para Fiori, a potência hegemônica e as demais mantêm seus processos de expansão de poder devido à lógica competitiva do sistema internacional, o que faz com que a hegemonia seja uma condição transitória e que gera instabilidade:

Muitos autores falam em “hegemonia” Para referir-se à função estabilizadora desse líder dentro do núcleo central do sistema. Mas esses autores, em geral, não percebem que a existência dessa liderança ou hegemonia não interrompe o expansionismo dos demais Estados, nem muito menos o expansionismo do próprio líder ou *hegemon*. Por isso mesmo, toda situação hegemônica é transitória e, mais do que isso, é autodestrutiva, porque o próprio *hegemon* acaba se desfazendo das regras e instituições que ajudou a criar para poder seguir se expandindo e acumulando mais poder do que seus “liderados” (FIORI, 2007, p. 31).

Na crise da Ucrânia, a justificativa que o governo russo deu para sua intervenção na Crimeia foi o precedente de Kosovo. Violando os Acordos de Helsinki, de 1975, que definiam a inviolabilidade das fronteiras nacionais e o respeito pela integridade territorial, as forças da Otan intervieram na Sérvia em 1999 e posteriormente as Nações Unidas alteraram sua fronteira, apoiando a independência de Kosovo, sem nem mesmo ter havido consulta popular por meio de plebiscito, o que ocorreu no caso da Crimeia em 2014. Conforme a teoria de Fiori (2007), na ocasião de Kosovo, pode-se observar a potência hegemônica renunciar a uma regra que ela mesma ajudou a criar, em relação à soberania dos Estados no sistema internacional. Isto forneceu a base do argumento para a Rússia, posteriormente, atuar na península da Crimeia, reagindo à expansão norte-americana para o seu entorno.

Ao analisarmos a situação de Kosovo em 1999-2008 e a questão da Crimeia em 2014, podemos observar algo que não corresponde à realidade na parte da análise de Brzezinski em 1997 em que ele afirma que há uma hegemonia “consensual” dos Estados Unidos. Pelo contrário, a expansão do poder dos EUA no pós-Guerra Fria trouxe consigo fatores de instabilidade para o sistema, como se pode observar em diversas crises recentes em regiões do

mundo que são estratégicas para a potência hegemônica, seja por seus recursos naturais ou localização geográfica privilegiada. Isto se pode observar em especial na crise da Ucrânia de 2014, que envolveu a Rússia, uma potência regional, porém que conta com armamentos nucleares, tecnologia aeroespacial e que ocupa a área pivô do mundo, de acordo tanto com a geopolítica clássica e quanto com autores mais recentes como Brzezinski (1997) e Kaplan (2012).

Considerações Finais

Após navegar tantos séculos na história da Ucrânia, foi possível identificar tendências de caráter estrutural que ajudam a explicar a sua posição no sistema internacional após o fim da Guerra Fria, que estão relacionadas a fatores geográficos e à lógica competitiva do sistema internacional. Tal lógica pode ser melhor compreendida a partir de uma visão teórica de longo prazo, conforme afirma Fiori:

Toda análise da conjuntura internacional supõe uma visão teórica de longo prazo a respeito do tempo, do espaço e do movimento histórico do sistema mundial. Sem a teoria é impossível interpretar a conjuntura e identificar os movimentos cíclicos e as “longas durações” estruturais que se escondem e revelam, ao mesmo tempo, através dos acontecimentos imediatos da vida política e econômica. Só é possível falar de “grandes crises”, “ciclos” e “tendências” a partir de uma teoria que relacione e hierarquize os fatos, situações e conflitos locais, regionais e globais, dentro de um mesmo esquema de interpretação (FIORI, 2008, p. 11-12).

Algumas tendências podem ser observadas na história da Ucrânia, sob a perspectiva do território e das disputas de poder entre as potências no sistema internacional: sua ausência de soberania; a ingerência de potências estrangeiras; e a ligação estratégica com o território russo. Os fatores geográficos cumpriram um grande papel em condicionar a formação da Ucrânia, uma vez que o território onde se desenvolveu a sua língua e cultura ao mesmo tempo constituía uma zona estratégica para a Rússia, devido a vulnerabilidade proporcionada pelas estepes e a necessidade de acesso às águas quentes através do Mar Negro. A posição geográfica da Ucrânia, situada entre a Rússia e as potências europeias – e entre a Rússia e o Império Otomano –, fez com que ela se tornasse um cenário de disputas e guerras entre potências estrangeiras. De acordo com Fiori (2008), a dimensão primordial dos Estados nacionais que surgiram na Europa era o “império” ou uma “vontade imperial”, que fez com que o novo sistema interestatal europeu estivesse, desde o seu início,

sob o controle compartilhado e competitivo de um pequeno número de ‘Estados-impérios’ que se impuseram dentro da própria Europa, conquistando, anexando ou subordinando outras formas de poder local menos poderosas que os novos Estados (FIORI, 2008, p. 28).

Como vimos no primeiro capítulo, a Ucrânia não conseguiu se estabelecer como Estado soberano após o fim da Rus Kievana. Na sua fronteira, a Rússia, por sua vez, iniciou um processo de expansão territorial bem-sucedido, tornando-se uma potência territorial e militar. Neste contexto, no século XV, a Ucrânia era povoada pelos cossacos, que eram comunidades seminômades de diversas origens étnicas que praticavam saques e ofereciam seus serviços como exército de mercenários a potências vizinhas. Os cossacos foram amplamente empregados na expansão territorial russa, mas em diversos momentos combateram ao lado de outros reinos, como a Suécia, Polônia e Lituânia. Durante o período Romanov, foi assinado o Tratado de Pereiaslav (1654), que prometia relativa autonomia à organização dos cossacos na Ucrânia em coexistência com o Império Russo.

Entretanto, durante a guerra da Rússia contra a Suécia (Grande Guerra do Norte, 1700-1721), o czar Pedro, o Grande, enviou oficiais russos e alemães para comandar os cossacos, que se rebelaram contra esta medida e passaram a combater ao lado das tropas suecas, sendo ao fim derrotados. Na prática, a Ucrânia constituía um território do Império Russo, apesar do Tratado de Pereiaslav prometer certa autonomia aos cossacos. Na segunda metade do século XVIII, foram conquistadas as regiões de Donbass e a península da Crimeia, onde a Rússia enfrentou o Império Otomano e a Comunidade Polaco-Lituana. Estas regiões, vizinhas do território original da Ucrânia, foram inicialmente povoadas por russos após derrotarem os otomanos, sendo a região que vai de Donbass até Odessa nomeada de “Nova Rússia”.

Posteriormente, em duas ocasiões os nacionalistas ucranianos se rebelaram contra o domínio russo e tentaram alcançar a independência se aproveitando do cenário internacional: primeiro, durante a Revolução Russa, quando a Rússia foi invadida por diversas forças ocidentais; segundo, durante a Segunda Guerra Mundial, quando houve uma aliança dos nacionalistas ucranianos com a Alemanha nazista. Contudo, ambas as tentativas fracassaram,

mantendo-se a Ucrânia como uma das Repúblicas soviéticas. Nas duas ocasiões, os nacionalistas ucranianos tentaram se aproveitar do fato de forças externas estarem invadindo o país para alcançar seus objetivos.

Foi na União Soviética que a Ucrânia alcançou a configuração territorial que tinha quando se tornou independente, em 1991. Em dois momentos a Ucrânia aumentou de território durante o período soviético. Primeiro, na fundação da URSS, em 1922, foi incluída como parte da então República Socialista Soviética da Ucrânia a região Leste, de Donbass até Odessa. Esta região era industrializada e a maioria da sua população era russa, em contraste com o território original ucraniano, caracterizado pela produção agrícola. Durante o governo de Krushev, nos anos 1950, a Crimeia foi transferida para a Ucrânia. O que levou a Rússia a ceder estes territórios para a Ucrânia? Uma hipótese que pode ser levantada é a da estratégia de “russificação” da Ucrânia, ou seja, a inclusão de territórios e população russa na república soviética ucraniana, com o objetivo de evitar o separatismo. Por exemplo, as repúblicas soviéticas criadas na Ásia Central – Turcomenistão, Tadiquistão, Uzbequistão, Cazaquistão e Quirguistão – não correspondiam às fronteiras étnicas existentes anteriormente, de modo que diferentes grupos étnicos se tornaram membros de uma mesma república. De acordo com Robert Kaplan (2012), os soviéticos temiam o pan-turquismo, o pan-persianismo e o pan-islamismo na região centro-asiática e deste modo a mistura de grupos étnicos era vista como uma solução parcial para evitar o separatismo. O perigo separatista na Ucrânia, do ponto de vista soviético, era o nacionalismo ucraniano que existia desde o século XIX.

A estratégia soviética de dividir a Ucrânia internamente teve consequências geopolíticas sensíveis após o fim da União Soviética. Na crise da 2014 as populações de Donbass e da Crimeia se opuseram ao golpe apoiado pelos Estados Unidos que derrubou Vyktor Yanukovitch e pôs no poder um governo pró-Occidente. Uma das propostas do Kremlin para solucionar a crise na Ucrânia foi adotar um sistema federalista, no qual cada província tivesse autonomia e

poder de veto sobre assinatura de acordos internacionais. A expectativa russa, neste sentido, seria impedir a Ucrânia de assinar acordos desfavoráveis à Rússia do ponto de vista geopolítico e econômico, por meio das províncias de maioria russa que poderiam vetar tais decisões. Entretanto, isto não ocorreu. A Rússia reagiu de fato à mudança de regime da Ucrânia por meio da reintegração da Crimeia a seu território e do suporte dado às províncias de Donetsk e Lugansk, que entraram em conflito separatista com Kiev.

A importância da Ucrânia no tabuleiro geopolítico do sistema internacional está relacionada com a posição da Rússia como potência terrestre, conforme definiu Mackinder. Dando sequência ao esforço do geógrafo inglês para definir as regiões chave para a consolidação e a expansão do poder estatal, Spykman definiu o conceito de *rimland*, que desloca a ênfase da importância da conquista do território do *heartland* para o seu entorno, que seria a região mais rica em recursos naturais do mundo e cuja condição geográfica permitia a projeção de poder tanto da potência terrestre, situada no *heartland*, quanto das potências navais. No *rimland*, esta região que “cerca” a Rússia, encontra-se a Ucrânia. Estando situada na região chave definida por Spykman, a Ucrânia possibilita, por meio da península da Crimeia, o acesso ao Mar Negro, estratégico por permitir o acesso da marinha russa às águas quentes. No pós-Guerra Fria, pode-se observar que a política externa norte-americana manteve a perspectiva de Spykman, que havia sido também a base teórica da estratégia de *contenção* durante a Guerra Fria. De fato, a importância teórica do conceito de *rimland* se manteve na orientação estratégica dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria, como pode ser observado por meio da expansão da Otan para o Leste Europeu após o fim da Guerra Fria, onde se situava a antiga zona de influência soviética.

De acordo com Fiori (2008), após o fim da Guerra Fria não houve definição das perdas da União Soviética num acordo de paz, imposto pelos vitoriosos, nem foram estabelecidas claramente as regras da nova ordem mundial, como ocorreu após a Segunda Guerra Mundial.

Desta forma, os Estados Unidos, aproveitando a enorme assimetria de poder com os outros Estados no sistema internacional, além de promover a autonomia dos antigos territórios soviéticos, também lideraram a expansão da Otan para estes países nos anos 1990. Na década seguinte, os Estados Unidos e União Europeia, após intervirem militarmente na Sérvia em 1999, apoiaram a independência de Kosovo, tentaram avançar no projeto de instalação de um escudo antimísseis na Europa Central e forneceram armamentos e treinamento aos exércitos da Ucrânia, Geórgia e países da Ásia Central. Estes países têm uma importância estratégica de natureza estrutural para a Rússia, uma vez que fizeram parte de seu território não só durante a União Soviética, mas desde a dinastia Romanov no século XVIII. Estima-se que a perda territorial da Rússia foi de 5 milhões de quilômetros quadrados e de 140 milhões de habitantes (FIORI, 2008, p. 47). Segundo Fiori, era importante dar uma direção para o processo de dissolução da URSS:

Logo após a dissolução da União Soviética, os Estados Unidos e a União Europeia definiram como um problema prioritário da sua agenda geopolítica a “administração” da desmontagem do “império russo”, por causa de suas consequências econômicas, e pelo velho desafio geopolítico da Europa Central. Para os Estados Unidos, o objetivo fundamental era impedir o surgimento de uma “terra de ninguém” no Leste Europeu, e por isto eles apressaram a expansão das fronteiras da Otan (...) (FIORI, 2008, p. 47).

O trecho acima remete à análise de Brzezinski, que escreveu em 1997 que a desintegração da União Soviética, o Estado com maior território do mundo, criou um “buraco negro” no centro da Eurásia. Para o geoestrategista norte-americano, esta nova situação geopolítica colocava um desafio crucial para os Estados Unidos, cuja tarefa imediata em relação a isto deveria ser atuar para reduzir a probabilidade de anarquia política ou a reversão para uma “ditadura hostil” em alguns dos Estados oriundos da URSS que ainda possuíssem arsenal nuclear.

Em relação à Ucrânia, Brzezinski (1997) indicou a grande dificuldade que a Rússia teria em aceitar a sua entrada na Otan:

(...) Russia will find it incomparably harder to acquiesce in Ukraine's accession to NATO, for to do so would be to acknowledge that Ukraine's destiny is no longer organically linked to Russia's. Yet if Ukraine is to survive as an independent state, it will have to become part of Central Europe rather than Eurasia, and if it is to be part of Central Europe, then it will have to partake fully of Central Europe's links to NATO and the European Union (BRZEZINSKI, 1997, p. 121).

Esta ofensiva estratégica liderada pelos Estados Unidos, que consistia em promover a expansão da Otan e da União Europeia para o entorno da Rússia, somada à intervenção militar nos Bálcãs, provocaram uma resposta defensiva por parte do governo russo. A partir da chegada ao poder de Vladimir Putin, foi adotada uma política externa voltada para projeção geopolítica da Rússia no seu entorno. Putin tomou medidas para fortalecer a economia russa, ao nacionalizar os recursos energéticos e investir no complexo militar-industrial, centralizando o poder e tendo sucesso na reconstrução do Estado russo. Em posse do segundo maior arsenal nuclear do mundo, Putin definiu uma nova doutrina militar, segundo a qual seria aplicável o uso de armamentos nucleares mesmo que a Rússia sofra um ataque convencional, em caso de fracassarem os outros meios de reagir à agressão. O novo governo russo também pressionou os Estados Unidos em relação ao projeto de escudos antimísseis na Europa Central, alertando para a possibilidade de corrida armamentista caso o projeto fosse realizado. De acordo com Fiori, a Rússia havia retornado ao “grande jogo geopolítico”:

(...) no início de 2007, a Rússia já havia alcançado o nível de atividade econômica anterior à sua grande crise da década de 1990. Ou seja, neste início do século XXI, a Rússia retornou ao “grande jogo geopolítico”, aumentando sua pressão sobre a Europa e sua presença nos conflitos da Ásia Central e do Oriente Médio. (...) Apenas 15 anos depois do fim da União Soviética, o governo russo retomou o comando estratégico de sua economia e de sua inserção internacional (FIORI, 2008, p. 48-49).

As tensões recentes na Ucrânia, do ponto de vista geopolítico, estão relacionadas principalmente a dois fatores: a projeção de poder dos EUA para o entorno da Rússia, através da expansão da OTAN e da União Europeia; e o retorno da Rússia ao “grande jogo geopolítico”, voltando a reivindicar influência no continente eurasiático. Como vimos no terceiro capítulo,

para alcançar o objetivo de incluir a Ucrânia na União Europeia, afastando-a da órbita de influência russa, os Estados Unidos utilizaram uma estratégia específica, que consiste em promover a mudança de regime em países estratégicos para os seus interesses geopolíticos. Neste sentido, o objetivo essencial é colocar no poder grupos políticos favoráveis à sua política externa, por meio do apoio logístico e financeiro. Pode-se observar esta estratégia nas “revoluções coloridas” ocorridas em alguns países do Leste Europeu, como ocorreu com a própria Ucrânia, em 2004. A “Revolução Laranja”, como ficou conhecida, ficou marcada pela seguinte contradição: sua principal bandeira era a luta pela democracia e ao mesmo tempo tentou reabilitar e heroicizar a Organização dos Nacionalistas Ucrânicos e a figura de Stepan Bandera, colaboradores do Nazismo durante a Segunda Guerra Mundial (KATCHANOVSKI, 2010).

Com efeito, o que interessava aos Estados Unidos era o fato de os líderes do movimento laranja serem favoráveis à aproximação da Ucrânia em relação à União Europeia e à Otan. Tal “revolução” consistiu num movimento que defendia a anulação da eleição de Viktor Yanukovitch para a presidência, que era considerado o candidato pró-Rússia, em favor de Viktor Yuschenko, que defendia políticas pró-Occidente. Yanukovitch, membro do Partido das Regiões, havia sido governador de Donetsk, localizada no leste ucraniano, onde a cultura russa é em geral predominante. Yuschenko, por sua vez, era contrário ao acordo com a Rússia relativo à cessão da base de Sebastopol na Crimeia e defendia a integração da Ucrânia à União Europeia e à Otan. Nas eleições de 2010, Yanukovitch novamente foi eleito presidente da Ucrânia, desta vez conseguindo tomar posse. Entretanto, foi retirado do poder em 2014, quando não assinou o acordo que vinha sendo negociado pela União Europeia. Novamente, os mesmos interesses estavam por trás de sua queda e esta se deu pelo mesmo *modus operandi*, através do apoio financeiro e logístico externo ao movimento que derrubou o seu governo. O novo governo

rapidamente retomou as negociações com a União Europeia, que configura um interesse estratégico norte-americano para afastar a Ucrânia da influência russa.

Tal estratégia, que consiste em promover mudanças políticas internas em outros Estados em favor dos seus interesses geopolíticos, pode ser compreendida através da análise de Brzezinski sobre a especificidade da hegemonia norte-americana em relação a outros impérios anteriores:

the American global system emphasizes the technique of co-optation (as in the case of defeated rivals – Germany, Japan, and lately even Russia) to a much greater extent than earlier imperial systems did. It likewise relies heavily on the indirect exercise of influence on dependent foreign elites, while drawing much benefit from the appeal of its democratic principles and institutions. All of the foregoing are reinforced by the massive but intangible impact of the American domination of global communications, popular entertainment, and mass culture and by the potentially very tangible clout of America's technological edge and global military reach (BRZEZINSKI, 1997, p. 25).

No trecho acima, Brzezinski aponta a Rússia como um inimigo derrotado a ser cooptado posteriormente. Partindo deste raciocínio, a Ucrânia, como era parte da URSS, faz parte deste inimigo derrotado na Guerra Fria a ser cooptado. É interessante notar a descrição que Brzezinski faz da hegemonia americana, destacando sua capacidade de influência indireta em elites estrangeiras dependentes, que seria muito maior do que outros impérios do passado. No caso da Ucrânia, esta influência “indireta” pode ser verificada por meio da atuação de ONGs norte-americanas que deram suporte logístico e apoio financeiro ao movimento que derrubou o governo de Yanukovitch. Ao mesmo tempo, os EUA exercem sua hegemonia de forma direta por meio de intervenções militares, como no caso do Iraque, Afeganistão, Líbia e Síria, e também por meio da Otan, como ocorreu na Sérvia, bombardeando o país e apoiando a independência de Kosovo posteriormente. Este episódio foi utilizado como justificativa para a forma como a Rússia atuou na Ucrânia, em relação à Crimeia.

A partir da crise da Ucrânia de 2014 se pode observar o aumento da pressão competitiva na Eurásia, que se dá, por um lado, em razão da estratégia de controle do *rimland* por parte dos

Estados Unidos, em que um dos objetivos é enfraquecer a Rússia; e por outro, devido ao retorno da Rússia ao “grande jogo geopolítico”, a partir de sua mudança de estratégia e recuperação econômica com a ascensão de Putin ao poder. A Ucrânia, situada numa posição geográfica privilegiada no continente eurasiático, é um território chave nesta tensão entre Rússia e Estados Unidos que vem aumentando a partir dos anos 2000 e atingiu o ápice recentemente com a crise da Ucrânia. Tal importância, como tentou-se demonstrar, está relacionada a elementos de longa duração, como sua condição geográfica e a lógica competitiva do sistema internacional.

Referências

ALMEIDA, João Marques de. A União Europeia e a Rússia após a crise da Geórgia o fim do paradigma do «pós-Guerra Fria». *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 20, p. 17-29, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992008000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 fev. 2018. Acessado em 24/02/2018.

BBC News. *Pro-Moscow Yanukovich 'to win Ukraine election'*, 08/02/2010. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/8503177.stm>> . Acesso em: 25/02/2018.

BRANDÃO, Lázaro. *Poder e Petróleo: a Estratégia na era Reagan sob o prisma da longa duração*. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, june 1965. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>>. Acesso em: 21/02/2018.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Basic Books. 1997.

COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS. *The North Atlantic Treaty Organization*, 15 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/north-atlantic-treaty-organization-nato>> . Acesso em 25/02/2018.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. *Kievan Rus Historical State*, 2011. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Kievan-Rus>> . Acesso em : 25/02/2018.

ERLANGER, S. e MYERS, S.L. NATO Allies Oppose Bush on Georgia and Ukraine. *New York Times*, 3 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/04/03/world/europe/03nato.html?mcubz=1>>. Acesso em 24/02/2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *National Security Strategy of Engagement and Enlargement (NSSEE)*, 1994. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> . Acesso em: 25/02/2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *National Security Strategy For a New Century (NSSNC)*, 1997. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> . Acesso em: 25/02/2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *National Security Strategy (NSS)*, 2002. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> . Acesso em: 25/02/2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *National Security Strategy (NSS)*, 2010. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> . Acesso em: 25/02/2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *National Military Strategy* (NMS), 2015. Disponível em: <http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/2015_National_Military_Strategy.pdf>. Acesso em 25/02/2018.

FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. *The Times Illustrated History of Europe*. Londres: The Times Books, 1995.

FIORI, José Luis. Nicholas Spykman e a América Latina. *Carta Maior*, 05 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Nicholas-Spykman-e-a-America-Latina/20843>>. Acesso em 11/08/2017.

FIORI, José Luís. A geopolítica anglo-americana. *Carta Maior*, 25/06/2011. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-geopolitica-angloamericana/20885>>. Acesso em 11/08/2017.

FIORI, José Luís, MEDEIROS, Carlos & SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

FIORI, José Luís. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FRIEDMAN, George. The Russo-Georgian war and the balance of power. *Stratfor Worldview*. 12 de agosto de 2008. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/russo-georgian-war-and-balance-power>>. Acesso em 24/02/2018.

GORDON, Linda. *Cossack Rebellions: social turmoil in the sixteenth-century Ukraine*. Albany: State University of New York Press, 1983, p. 11.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995, p. 139

KAPLAN, Robert. *The revenge of geography: what the maps tell us about coming conflicts and the battle against fate*. New York: Random House. 2012.

KATCHANOVSKI, 2010. *Terrorists or National Heroes? Politics of the OUN and the UPA in Ukraine*. In: Annual Conference of the Canadian Political Science Association, Montreal, 2010.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.

LACOSTE, Yves. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1997.

MACKINDER, 1919. *Democratic Ideals and Reality: a Study on the Politics of Reconstruction*. New York: Henry & Holt Company. 1919.

MACKINDER, Halford J.. *The Geographical Pivot of History*. Londres: The Geographical Journal, Vol. 170, No. 4, 1904.

MAZAT, Numa. *Uma análise estrutural da vulnerabilidade externa econômica e geopolítica da Rússia*. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MAZAT, Numa e SERRANO, Franklin. *A geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito*. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (org.). *O renascimento de uma potência? A Rússia no séc. XXI*. Brasília: IPEA, 2012.

MAGOCSI, Paul Robert. *Ukraine, a historical atlas*. Toronto: Toronto Press. 1985.

MAGOCSI, Paul Robert. *A History of Ukraine*. Toronto: University of Toronto Press, 2010.

MEARSHEIMER, John. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. *Foreign Affairs*, September/October 2014 Issue. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>> . Acesso em 26/10/2017.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Desordem Mundial, o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 2ª edição.

PLOKHY, Serhii. *Beyond Nationality*. In: Serhii Plokhy, *Ukraine and Russia: Representations of the Past*. Toronto: Toronto, Buffalo and London, 2008, p. 283-301.

PLOKHY, Serhii. *The Gates of Europe: A History of Ukraine*. New York: Basic Books, 2015.

SAWKA, Richard. *Frontline Ukraine: crisis in the borderlands*. London: I.B. Tauris, 2015.

SEGRILLO, Angelo. *De Gorbachev a Putin: a saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo*. Curitiba: Prismas, 2015.

SPYKMAN, N. *America's strategy in world politics: the United States and the balance of power*. Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

SUSSMAN, Gerald. *Branding Democracy: U.S. Regime Change in Post-Soviet Eastern Europe*. New York: Peter Lang, 2010.

THE PUTIN interviews, part 1. Diretor e produtor: Oliver Stone. Distribuidora: Showtime. Moscou, 2017.

THE PUTIN interviews, part 2. Diretor e produtor: Oliver Stone. Distribuidora: Showtime. Moscou, 2017.

THE PUTIN interviews, part 3. Diretor e produtor: Oliver Stone. Distribuidora: Showtime. Moscou, 2017.

TRENIN, Dmitri. *The Ukraine crisis and the resumption of great-power rivalry*. 2014, Carnegie Moscow Center. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/files/ukraine_great_power_rivalry2014.pdf> . Acesso em 26/10/2017.

TULETT, Simon. Ukraine crisis: Europe's stored gas high as prices soar. *BBC News*, 03 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/business-26418664>>. Acesso em 25/02/2018.